



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

EXERCÍCIO DE 2024



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	5
DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2024	6
BALANÇO FINANCEIRO – 2024	7
BALANÇO PATRIMONIAL – 2024.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2024	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2024	10
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2024.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS	11
RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)	12
PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	13
PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS	17
CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS	19
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.....	20
NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS).....	20
NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	23
NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.....	33
NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	34
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO.....	35
NE 5 - INGRESSOS	35
NE 6 - DISPÊNDIOS.....	38
NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL	39
NE 7 – ATIVO CIRCULANTE	40
NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE.....	42
NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL	46
NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	49
NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	49
NE 13 – SALDO PATRIMONIAL	50
ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR.....	51
NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS.....	51
NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	52



NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL...	53
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	53
NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	53
NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	54
NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO.....	55
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	55
NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	56
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	56
NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	57
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	58
NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	58
NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	59
NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS.....	61
PASSIVOS CONTINGENTES.....	65
NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES	65
CUSTOS OPERACIONAIS	65
NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS	66



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas são preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP, a Lei nº 4.320/64, o Decreto-Lei nº 200/67, o Decreto nº 93.872/86 e a Lei Complementar nº 101/2000, as normas e orientações emanadas do Órgão Central de Contabilidade da União, consolidadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), e as demais orientações contidas no Manual SIAFI e nas mensagens emitidas por aquele Órgão Central.

As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS) foram utilizadas de maneira subsidiária, uma vez que elas estão sendo implementadas na União de forma gradativa conforme planejamento elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região tem a responsabilidade pela elaboração e publicação dada a autonomia administrativa conferida pela Constituição Federal, no caput de seu art. 99. No entanto, é alcançado pela supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema, cujas decisões têm efeito vinculante, por força do art. 111-A, inciso II, da Constituição Federal.



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, Unidade Gestora 080011 – Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e Unidade Orçamentária 15116 (para o Balanço Orçamentário) são as seguintes:

1. Balanço Orçamentário;
2. Balanço Financeiro;
3. Balanço Patrimonial;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais;
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
6. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração reflete a Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024 e é pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil, presente no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As Demonstrações Contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Campinas, SP, 18 de março de 2025

LUIZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA

CRC Nº 1PR055994/O-2

Contador Responsável



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2024

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 15116 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	RECEITA			
	1	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		32.191.289,00	32.191.289,00	33.535.150,11	1.343.861,11
Receita Patrimonial		32.191.289,00	32.191.289,00	32.363.123,69	171.834,69
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		580.535,00	580.535,00	752.369,69	171.834,69
Cessão de Direitos		31.610.754,00	31.610.754,00	31.610.754,00	-
Receitas de Serviços		-	-	713.907,00	713.907,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		-	-	713.907,00	713.907,00
Outras Receitas Correntes		-	-	458.119,42	458.119,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-	-	458.119,42	458.119,42
SUBTOTAL		32.191.289,00	32.191.289,00	33.535.150,11	1.343.861,11
DEFICIT				2.260.258.258,36	2.260.258.258,36
TOTAL		32.191.289,00	32.191.289,00	2.293.793.408,47	2.261.602.119,47
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		-	322.068.319,00	-	-322.068.319,00
Superávit Financeiro		-	96.080.686,00	-	-
Créditos Cancelados		-	225.987.633,00	-	-

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	2	DESPESA					SALDO DA DOTAÇÃO
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	
DESPESAS CORRENTES		1.966.957.871,00	2.277.718.190,00	2.274.098.462,15	2.247.452.710,06	2.220.465.191,51	3.619.727,85
Pessoal e Encargos Sociais		1.605.928.283,00	1.890.631.343,00	1.887.401.076,71	1.880.940.978,28	1.857.846.479,13	3.230.266,29
Outras Despesas Correntes		361.029.588,00	387.086.847,00	386.697.385,44	366.511.731,78	362.618.712,38	389.461,56
DESPESAS DE CAPITAL		8.474.478,00	19.782.478,00	19.694.946,32	11.401.165,79	10.686.260,22	87.531,68
Investimentos		8.474.478,00	19.782.478,00	19.694.946,32	11.401.165,79	10.686.260,22	87.531,68
TOTAL		1.975.432.349,00	2.297.500.668,00	2.293.793.408,47	2.258.853.875,85	2.231.151.451,73	3.707.259,53

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	3	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.292.770,37	18.004.292,06	12.980.310,81	12.976.976,29	2.973.378,16	3.346.707,98
Pessoal e Encargos Sociais		157.434,68	3.985.802,20	3.545.774,29	3.545.774,29	-	597.462,59
Outras Despesas Correntes		1.135.335,69	14.018.489,86	9.434.536,52	9.431.202,00	2.973.378,16	2.749.245,39
DESPESAS DE CAPITAL		-	3.183.903,28	2.295.100,60	2.288.782,60	834.007,32	61.113,36
Investimentos		-	3.183.903,28	2.295.100,60	2.288.782,60	834.007,32	61.113,36
TOTAL		1.292.770,37	21.188.195,34	15.275.411,41	15.265.758,89	3.807.385,48	3.407.821,34

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

Em R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	4	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		159.256,56	5.940.999,15	5.934.185,06	-	166.070,65
Pessoal e Encargos Sociais		0,09	4.141.964,45	4.141.414,58	-	549,96
Outras Despesas Correntes		159.256,47	1.799.034,70	1.792.770,48	-	165.520,69
DESPESAS DE CAPITAL		-	2.177,45	2.177,45	-	-
Investimentos		-	2.177,45	2.177,45	-	-
TOTAL		159.256,56	5.943.176,60	5.936.362,51	-	166.070,65

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO FINANCEIRO – 2024

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

INGRESSOS	NE	2024	2023	DISPÊNDIOS	NE	2024	2023
	5				6		
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		2.309.463.536,68	2.021.345.017,76
				Ordinárias		1.805.199.161,25	1.536.512.830,02
				Vinculadas		504.264.375,43	484.832.187,74
				Seguridade Social (Exceto Previdência)		91.952.058,00	42.338.337,00
				Previdência Social (RPPS)		361.312.153,00	393.674.240,00
				Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		51.000.164,43	48.819.610,74
Transferências Financeiras Recebidas		2.229.039.498,07	1.996.657.226,69	Transferências Financeiras Concedidas		91.985.551,90	81.799.787,49
Resultantes da Execução Orçamentária		2.201.988.887,21	1.995.458.310,99	Resultantes da Execução Orçamentária		-	-
Repasso Recebido		5.413,50	-				
Sub-repasso Recebido		2.201.983.473,71	1.995.458.310,99				
Independentes da Execução Orçamentária		27.050.610,86	1.198.915,70	Independentes da Execução Orçamentária		91.985.551,90	81.799.787,49
Demais Transferências Recebidas		9.931.784,62	597.757,25	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		3.319.582,01	13.457.195,43
Movimentação de Saldos Patrimoniais		17.118.826,24	601.158,45	Demais Transferências Concedidas		9.699,98	3.561,16
				Movimento de Saldos Patrimoniais		88.656.269,91	68.339.030,90
Recebimentos Extraorçamentários		186.059.094,42	126.940.045,06	Pagamentos Extraorçamentários		30.082.683,41	32.691.225,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		27.702.424,12	5.911.557,33	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		5.936.362,51	1.865.833,98
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		34.957.733,32	21.198.347,34	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		15.275.910,89	29.962.679,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		22.957.237,24	884.253,90	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.579.219,41	862.711,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários		100.441.699,74	98.945.886,49	Outros Pagamentos Extraorçamentários		5.291.190,60	-
Arrecadação de Outra Unidade		100.441.699,74	98.945.886,49	Demais Pagamentos		5.291.190,60	-
Saldo do Exercício Anterior		106.259.225,65	118.497.984,16	Saldo para o Exercício Seguinte		89.826.046,15	106.259.225,65
Caixa e Equivalentes de Caixa		106.259.225,65	118.497.984,16	Caixa e Equivalentes de Caixa		89.826.046,15	106.259.225,65
TOTAL		2.521.357.818,14	2.242.095.255,91	TOTAL		2.521.357.818,14	2.242.095.255,91

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



BALANÇO PATRIMONIAL – 2024

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	7	108.501.760,19	124.545.435,96	PASSIVO CIRCULANTE		240.320.141,72	173.524.184,92
Caixa e Equivalentes de Caixa		89.826.046,15	106.259.225,65	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		187.204.216,55	162.698.554,22
Créditos a Curto Prazo		17.103.838,75	16.686.592,07	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		6.262.411,86	4.790.918,21
Demais Créditos e Valores		17.103.838,75	16.686.592,07	Provisões a Curto Prazo		440.950,51	440.950,51
Estoques		1.406.067,82	1.489.939,53	Demais Obrigações a Curto Prazo		46.412.562,80	5.593.761,98
VPDs Pagas Antecipadamente		165.807,47	109.678,71				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8	787.781.909,24	799.886.525,30	PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.248.670,35	1.282.421,33	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	9	240.320.141,72	173.524.184,92
Créditos a Longo Prazo		1.248.670,35	1.282.421,33				
Demais Créditos e Valores		1.248.670,35	1.282.421,33				
Imobilizado		776.748.580,66	788.819.445,74				
Bens Móveis		63.533.622,28	60.871.911,70				
Bens Móveis		168.935.340,40	163.576.875,71				
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-105.401.718,12	-102.704.964,01				
Bens Imóveis		713.214.958,38	727.947.534,04				
Bens Imóveis		713.505.192,86	728.874.171,72				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-290.234,48	-926.637,68				
Intangível		9.784.658,23	9.784.658,23				
Softwares		9.784.658,23	9.784.658,23				
Softwares		9.784.658,23	10.014.558,13				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-	-229.899,90				
TOTAL DO ATIVO		896.283.669,43	924.431.961,26	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		896.283.669,43	924.431.961,26

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO		89.826.046,15	106.259.225,65	PASSIVO FINANCEIRO		85.693.974,35	28.675.457,96
ATIVO PERMANENTE	11	806.457.623,28	818.172.735,61	PASSIVO PERMANENTE	12	184.780.410,39	162.450.689,05
				SALDO PATRIMONIAL	13	625.809.284,69	733.305.814,25

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

Em R\$

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	NE	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS		7.803.027,35	8.848.835,10	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		162.020.207,90	129.413.921,20
Execução dos Atos Potenciais Ativos		7.803.027,35	8.848.835,10	Execução dos Atos Potenciais Passivos		162.020.207,90	129.413.921,20
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar		5.968.431,01	6.273.774,57	Obrigações Contratuais a Executar		162.020.207,90	129.413.921,20
Direitos Contratuais a Executar		1.834.596,34	2.575.060,53				
TOTAL	14	7.803.027,35	8.848.835,10	TOTAL	15	162.020.207,90	129.413.921,20

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

Em R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
	NE	
Recursos Ordinários		-45.447.134,46
Recursos Vinculados		49.579.206,26
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		49.579.206,26
TOTAL	16	4.132.071,80

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – 2024

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	17	2.337.380.161,41	2.095.804.735,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		63.396.767,41	64.175.189,38
Taxas		63.396.767,41	64.175.189,38
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		33.282.825,09	31.479.637,63
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		33.282.825,09	31.479.637,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		62.121,18	61.322,63
Juros e Encargos de Mora		5.207,63	2.160,28
Variações Monetárias e Cambiais		56.913,55	59.162,35
Transferências e Delegações Recebidas		2.236.741.998,07	1.996.657.226,69
Transferências Intragovernamentais		2.229.039.498,07	1.996.657.226,69
Outras Transferências e Delegações Recebidas		7.702.500,00	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		125,69	12,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos		125,69	12,36
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.896.323,97	3.431.347,17
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.896.323,97	3.431.347,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	18	2.428.603.991,71	2.087.291.873,55
Pessoal e Encargos		1.446.547.188,16	1.233.156.783,91
Remuneração a Pessoal		1.171.700.684,14	987.545.013,17
Encargos Patronais		183.016.140,77	170.653.039,73
Benefícios a Pessoal		79.749.226,81	62.618.413,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		12.081.136,44	12.340.317,47
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		637.976.491,41	568.990.884,91
Aposentadorias e Reformas		465.701.417,77	425.633.238,12
Pensões		54.436.006,81	48.691.855,26
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		117.839.066,83	94.665.791,53
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		178.592.237,80	170.761.889,93
Uso de Material de Consumo		4.447.126,69	4.082.563,08
Serviços		163.507.579,55	155.814.231,82
Depreciação, Amortização e Exaustão		10.637.531,56	10.865.095,03
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		22.581.659,68	2.261.172,69
Juros e Encargos de Mora		42.352,55	291.293,69
Variações Monetárias e Cambiais		22.539.307,13	1.969.879,00
Transferências e Delegações Concedidas		116.024.427,01	82.383.556,49
Transferências Intragovernamentais		91.985.551,90	81.799.787,49
Outras Transferências e Delegações Concedidas		24.038.875,11	583.769,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		17.489.926,64	21.697.307,39
Perdas Involuntárias		3.432,15	8.293,69
Incorporação de Passivos		15.600.428,77	15.274.261,24
Desincorporação de Ativos		1.886.065,72	6.414.752,46
Tributárias		6.075.682,60	5.344.707,41
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		320.017,78	303.315,29
Contribuições		5.755.664,82	5.041.392,12
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.316.378,41	2.695.570,82
Premiações		60.720,00	3.520,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		3.255.658,41	2.692.050,82
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	19	-91.223.830,30	8.512.862,31

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – 2024

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

	NE	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20	-3.455.959,23	8.999.086,16
INGRESSOS		2.352.438.435,05	2.096.487.367,08
Outros Ingressos Operacionais		2.352.438.435,05	2.096.487.367,08
Ingressos Extraorçamentários		22.957.237,24	884.253,90
Transferências Financeiras Recebidas		2.229.039.498,07	1.996.657.226,69
Arrecadação de Outra Unidade		100.441.699,74	98.945.886,49
DESEMBOLSOS		-2.355.894.394,28	-2.087.488.280,92
Pessoal e Demais Despesas		-2.077.796.885,33	-1.838.953.376,21
Judiciário		-1.539.173.917,61	-1.351.884.143,46
Previdência Social		-511.812.026,53	-467.669.685,53
Encargos Especiais		-26.810.941,19	-19.399.547,22
Transferências Concedidas		-177.241.547,04	-165.872.405,44
Intragovernamentais		-177.241.547,04	-165.872.405,44
Outros Desembolsos Operacionais		-100.855.961,91	-82.662.499,27
Dispêndios Extraorçamentários		-3.579.219,41	-862.711,78
Transferências Financeiras Concedidas		-91.985.551,90	-81.799.787,49
Demais Pagamentos		-5.291.190,60	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	-12.977.220,27	-21.237.844,67
INGRESSOS		-	-
DESEMBOLSOS		-12.977.220,27	-21.237.844,67
Aquisição de Ativo Não Circulante		-12.977.220,27	-20.917.304,67
Outros Desembolsos de Investimentos		-	-320.540,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-16.433.179,50	-12.238.758,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		106.259.225,65	118.497.984,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	22	89.826.046,15	106.259.225,65

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2024

UNIDADE GESTORA EXECUTORA - 080011 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Em R\$

Especificação	NE	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2024		750.907.776,34
Ajustes de Exercícios Anteriores	24	1.116.291,55
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	25	-4.836.709,88
Resultado do Exercício		-91.223.830,30
Saldo Final do Exercício 2024	23	655.963.527,71

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI



NOTAS EXPLICATIVAS

- As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis;
- Objetivam oferecer uma informação organizada de modo que as relações com os itens evidenciados nas Demonstrações Contábeis sejam claras; e
- O seu conteúdo apresenta informações adicionais às Demonstrações Contábeis, oferecendo descrições narrativas ou detalhamentos de itens divulgados nessas demonstrações e informações sobre itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas demonstrações.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas se baseiam na Lei nº 4.320/64; nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); e nas normas da Secretaria do Tesouro Nacional, que tem a missão de consolidar as contas da Federação, o que se faz, principalmente, por meio da edição dos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em 2024 os registros contábeis foram baseados no MCASP 10ª Edição, válido para aplicação durante o exercício de 2024.

A Coordenadoria de Contabilidade elabora o Relatório de Fechamento Contábil Mensal, mediante autuação de Processos Administrativos Eletrônicos, em cumprimento ao Ato Regulamentar GP-VPA nº 01/2018 do TRT da 15ª Região e disponibiliza à Secretaria de Orçamento e Finanças e à Secretaria de Auditoria Interna, visando subsidiar o controle e o processo de tomada de decisão.



INFORMAÇÕES GERAIS (CONTEXTO OPERACIONAL)

- **Jurisdição:** 599 municípios do Estado de São Paulo;
- **Composição:** 153 Varas do Trabalho, 15 Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas da Justiça do Trabalho (Cejuscs-JT), e 3 Unidades de Postos Avançados;
- **Força de trabalho:** 375 Magistrados e 3.151 servidores ativos de cargos efetivos ocupados (Fonte: Anexo IV da Resolução CNJ nº 102/2009, <https://trt15.jus.br/transparencia/resolucoes-cnj/projeto-transparencia-anexo-iv>);
- **Criação:** Lei Federal nº 7.520, de 15 de julho de 1986;
- **Objetivos Estratégicos por Perspectivas**
 - ✚ **Sociedade:** promover o trabalho decente e a sustentabilidade; fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais.
 - ✚ **Processos Internos:** garantir a duração razoável do processo; promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados; assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas; garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas; fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica.
 - ✚ **Aprendizagem e Crescimento:** aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira; incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional; aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados.
- **Missão:** realizar justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania;



- **Visão de futuro:** na condição de justiça ágil e efetiva, continuar contribuindo para a pacificação social e o desenvolvimento sustentável do país;
- **Atributos de valor:** inovação, acessibilidade, ética, efetividade, transparência, eficiência, valorização das pessoas, responsabilidade socioambiental, comprometimento, celeridade, credibilidade, segurança jurídica, respeito à diversidade, solidariedade social.

PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Caixa e Equivalentes de Caixa: são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. No âmbito deste Tribunal os valores constantes nesta conta são frutos dos recursos liberados pelo próprio Tesouro Nacional (em sua maioria), mediante documentos de Programação Financeira – PF e de recursos relativos a depósitos em garantia vinculados a contratos de serviços e cauções.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. Havendo a possibilidade de ser constituído também ajuste para perdas, com base em análises dos riscos de realização dos créditos a receber.

Estoques: compreendem, basicamente, os almoxarifados de materiais de consumo adquiridos para serem utilizados de acordo com a demanda dos diversos setores do Tribunal. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.



Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente: nesta conta estão incluídos os prêmios de seguros e as assinaturas e anuidades a apropriar. Seus valores são avaliados com base nos valores de aquisição constantes nos contratos. Podendo sofrer ajustes contratuais, quando aplicável.

Ativo realizável a Longo Prazo: compreendem os adiantamentos concedidos a pessoal e adiantamento de contribuições futuras à Funresp-Jud. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No caso da Funresp-Jud, as correções monetárias são realizadas com base no Índice IPCA.

Imobilizado: é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação: o registro da depreciação mensal dos bens imóveis cadastrados no Sistema de Patrimônio da União é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade; compete à Secretaria do Patrimônio da União – SPU a administração e manutenção do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet; o cálculo da depreciação de bens móveis é realizado pelo Sistema de Controle de Material e Patrimonial da Coordenadoria de Material e Logística do TRT da 15ª Região. A depreciação é reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual. O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização utilizado é o das quotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, adotada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. E Fund.



Intangível: contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Amortização: o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida será o prazo da licença de uso contratual ou, na ausência, será de 5 (cinco) anos, que é o estabelecido pela Receita Federal - Instrução Normativa do SRF nº 04 de 30/01/1985, de acordo com o exposto no Memorando nº 04/2012-DI de 30/01/2012; foram amortizados os softwares com as datas de recebimento/ateste informadas, as quais foram determinantes para o início da amortização (mês seguinte ao recebimento/ateste); não há valor residual para softwares, conforme disposto no item '6' do documento expedido pela Divisão de Contabilidade do Tribunal Superior do Trabalho, mensagem eletrônica de 28 de Dezembro de 2011, que trata de orientação sobre Amortização de Bens Intangíveis (Softwares).

Passivos Circulantes e Não Circulantes: as obrigações do Tribunal são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das Demonstrações Contábeis. O Passivo Circulante está constituído por obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo; provisões de passivos trabalhistas a curto prazo; fornecedores e contas a pagar a curto prazo; e demais obrigações a curto prazo. Já o Passivo Não Circulante é composto por obrigações a pagar de longo prazo. São classificadas no Passivo Circulante as obrigações exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis, e no Passivo Não Circulante o conjunto de obrigações exigíveis após doze meses da data das demonstrações contábeis, em atendimento ao constante na NBC TSP. Os passivos da entidade estão todos classificados como Circulante, em virtude das condições e prazos de exigibilidade.



Provisões e Passivos Trabalhistas: os passivos trabalhistas e respectivos encargos sociais são reconhecidos conforme dispõe a Resolução CSJT N° 137/2014, que estabelece os critérios para o reconhecimento administrativo, a apuração de valores e pagamento de despesas de exercícios anteriores – passivos – a magistrados e servidores no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus.

Ativos e Passivos Contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas.

Patrimônio Líquido: é constituído, basicamente, pelo resultado do exercício, pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores e reservas de reavaliação.

Resultado Patrimonial: corresponde à diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). Se o resultado for positivo tem-se o Superávit Patrimonial, caso negativo, tem-se o Déficit Patrimonial.

Resultado Orçamentário: representa o confronto entre as Receitas Orçamentárias realizadas e as Despesas Orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado financeiro: representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Ajustes de Exercícios Anteriores: registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.



Reserva de Reavaliação: compreende a contrapartida dos acréscimos de valor atribuídos a elementos do ativo, apurados pela diferença entre o valor do laudo de reavaliação e o valor anterior.

PRINCIPAIS MUDANÇAS NOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Conforme o ACÓRDÃO N° 2717/2023 – TCU – Plenário, os valores depositados sob retenção em conta vinculada com bloqueio de movimentação (a exemplo da “Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação” e dos “Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM”), para fazer face exclusivamente a pagamentos de compromissos trabalhistas e previdenciários comprovados de contratos de prestação de serviços de mão de obra com regime de dedicação exclusiva, se enquadram no conceito de “ativo” e de tal forma devem ser registrados nas demonstrações contábeis e nos balanços da Administração contratante, que detém o seu controle, com contrapartida no “passivo”, juntamente com a correspondente evidenciação em notas explicativas.

Considerando o entendimento tido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União consignado no item 9.2 do referido ACÓRDÃO, a Coordenação Geral de Contabilidade encaminhou em 28/08/2024 a Mensagem 2024/3828848, no SIAFI, que trata da alteração da Macrofunção 021126 – Depósitos em Garantia, em adequação à decisão do TCU.

Em 05/09/2024 a Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil da Justiça do Trabalho – Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) encaminhou a Mensagem 2024/3850478, no SIAFI, estabelecendo o roteiro contábil para “Depósitos em Garantia Bloqueados para Movimentação – DGBM”.

Por fim, em 18/09/2024, a Coordenação Geral de Contabilidade encaminhou a Mensagem 2024/3904978, no SIAFI, tratando dos registros das contas 11131.02.00 e 21881.04.06, em complemento à Mensagem 2024/3828848.



CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Conformidades Contábeis mensais, elaboradas em atenção ao contido na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, do Manual SIAFI, são registradas por profissional em contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, em dia com suas obrigações profissionais, credenciado no SIAFI como responsável pela Conformidade Contábil da Unidade Gestora Executora.

A Conformidade Contábil se apoia nas análises realizadas pelas Seções subordinadas à Coordenadoria de Contabilidade, e na Conformidade de Registro de Gestão, mediante exames dos documentos emitidos no SIAFI pelas Áreas responsáveis pela execução orçamentária, financeira e patrimonial desta Corte, respeitados, desta forma, os princípios da segregação de funções e da fiscalização intercorrente.

A Conformidade baseia-se, também, nas análises dos Relatórios de Contabilidade Analítica elaborados mediante emissão de consultas criadas no Sistema Tesouro Gerencial ou extraídos do banco de dados criado e mantido pela própria Coordenadoria de Contabilidade, que é atualizado diariamente mediante importação de dados do SIAFI.

Em 2024 foram emitidos no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal na UG 080011, 65.723 (sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e três) documentos, considerados os de movimentação orçamentária, programação financeira, os registros de arrecadação, relativos a custas e emolumentos, dentre outros.

A execução orçamentária, financeira e patrimonial do TRT da 15ª Região foi contabilizada mediante a emissão de cerca de 42.761 (quarenta e dois mil, setecentos e sessenta e um) documentos, como: notas de empenho, ordens bancárias, notas de lançamentos, notas de sistemas, guias de previdência social, documentos de arrecadação financeira eletrônica, dentre outros.



A análise tem como objetivo prioritário verificar se o registro contábil do ato ou fato de execução orçamentária, financeira ou patrimonial está em conformidade com o documento hábil comprobatório que lhe deu origem e pretende, sobretudo, verificar eventuais inconsistências que possam comprometer a qualidade das informações contábeis, considerados os padrões normativos e operacionais expressos nas normas e regulamentos aplicáveis, utilizando mecanismos de controles internos com vistas a identificar e corrigir as falhas de forma tempestiva.

Em 2024, houve restrições que ensejaram registros no SIAFI quando das Conformidades Mensais nos meses de janeiro, fevereiro e julho, com regularizações posteriores. As demais eventuais inconsistências que não apresentaram relevância aos demonstrativos contábeis foram ou estão sendo monitoradas internamente pelas áreas de conformidade (Contábil e de Registro de Gestão).

ESTRUTURAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações, as Notas Explicativas são apresentadas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada (associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa). Desse modo, são apresentadas, a seguir, as Notas Explicativas (NE) na sequência em que foram destacadas nas colunas de NE's, inseridas nas Demonstrações Contábeis. Além dessas, foram incluídas NE's relativas aos Passivos Contingentes e aos Custos Operacionais.



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A Lei nº 4.320/1964 prevê a elaboração do Balanço Orçamentário e dispõe que ele demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

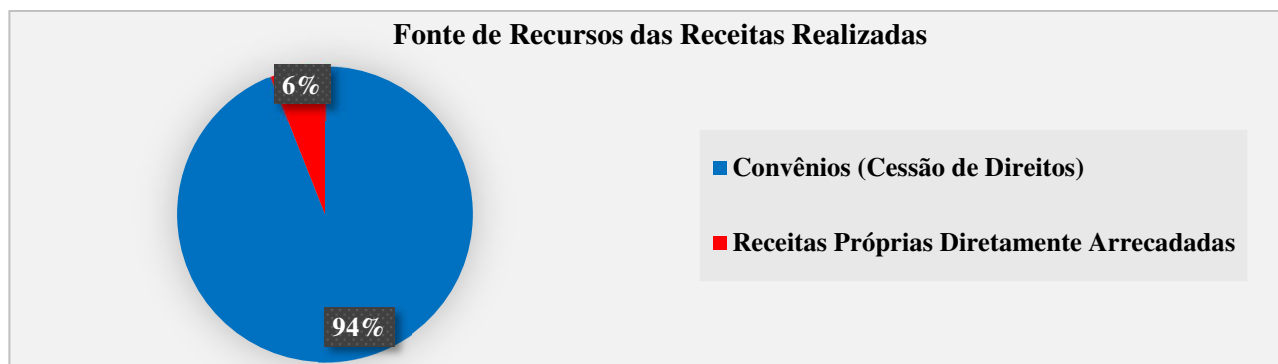
O TRT da 15ª Região é Unidade Orçamentária integrante do Orçamento da União, as movimentações apresentadas no Balanço Orçamentário contemplam as previsões e as realizações das receitas e despesas orçamentárias relativas à UO 15.116, não refletindo, desta forma, a execução de créditos descentralizados recebidos mediante destaques e provisões.

NE 1 - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS PRÓPRIAS DIRETAMENTE ARRECADADAS E DE CONVÊNIOS (CESSÃO DE DIREITOS)

Houve um Excesso de Arrecadação de 4,17% em relação às Receitas Previstas para a Unidade Orçamentária – 15116 – TRT da 15ª Região.



A arrecadação por Fonte de Recursos ocorreu na seguinte proporção.





FONTE DE RECURSOS 1138 – MELHORIA DA PRESTACAO JURISDICIONAL-TRT15 (CONVÊNIOS - CESSÃO DE DIREITOS)

O valor registrado a título de Receita Patrimonial refere-se a remunerações de depósitos judiciais provenientes de convênios (Cessão de Direitos) com bancos oficiais, para a melhoria na qualidade dos serviços oferecidos à sociedade. Tais acordos são celebrados de forma centralizada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, em cumprimento ao constante na Resolução CSJT nº 183, de 24 de fevereiro de 2017.

Neste contexto a Previsão da Receita para 2024 é registrada na UO do Regional, pelo valor consignado na LOA/2024 no total de recursos de fonte 1138, enquanto a Realização das Receitas são contabilizadas na UO – 15126 – Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

De acordo com as orientações contidas nas Mensagens SEOFI/CSJT nº 004/2019 e CFIN/CSJT nº 027/2017, no início de 2024 este Regional registrou suas dotações na fonte 1138 na conta do Ativo de Créditos a Receber (1.1.3.8.1.19.00) limitado aos créditos consignados na LOA/2024, e durante o ano esse direito foi amortizado a cada sub-repasse recebido da Setorial a esse título. Assim, as receitas destes Recursos de Convênios constam, devidamente previstas e realizadas, como Cessão de Direitos no Balanço Orçamentário do TRT da 15ª da Região.

Em R\$

Origem	Recolhedor	2024	2023	Variação	
				%	Absoluta
CESSÃO DE DIREITOS	BANCO DO BRASIL SA	0,00	7.597.278,00	-100,00%	-7.597.278,00
	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	31.610.754,00	22.791.834,00	38,69%	8.818.920,00
TOTAL		31.610.754,00	30.389.112,00	4,02%	1.221.642,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



FONTE DE RECURSOS 1050 – REC.PROP.LIV.UO-TRT15

Em R\$

Origem	2024	2023	Variação	
			%	Absoluta
RECEITA PATRIMONIAL	752.369,69	488.717,40	53,95%	263.652,29
RECEITA DE SERVIÇOS	713.907,00	426.505,39	67,39%	287.401,61
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	458.119,42	497.875,34	-7,99%	-39.755,92
Total	1.924.396,11	1.413.098,13	36,18%	511.297,98

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Receita Patrimonial, R\$ 752.369,69, concernente à taxa de ocupação de imóveis, derivou dos Termos de Cessão de Uso Onerosa celebrados (Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 e PROAD 12267/2024 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas de Ribeirão Preto e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

A Receita de Serviços soma R\$ 713.907,00 e corresponde às taxas de inscrições para concurso público realizadas em 2024.

Do total de R\$ 458.119,42, contabilizado em Outras Receitas Correntes, R\$ 450.408,38 referem-se a restituições originárias de acordos celebrados com prefeituras, para reembolsos de despesas com locação dos imóveis que abrigam as Varas Trabalhistas nos respectivos Municípios e R\$ 7.711,04 referem-se a outros ressarcimentos.



NE 2 – DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A Lei Orçamentária Anual nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024 consignou ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região créditos orçamentários no montante de R\$ 1,975 bilhão, que somados aos créditos adicionais e deduzidos os cancelamentos, totalizou R\$ 2,298 bilhões, constituindo a Dotação Atualizada líquida do exercício.

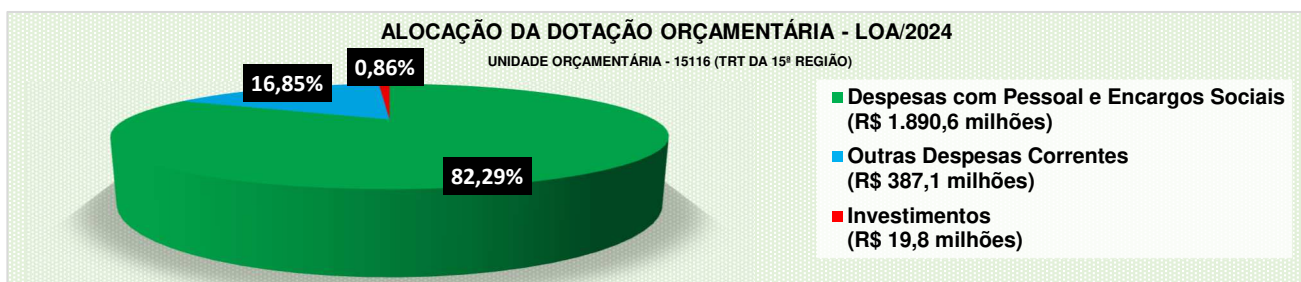
O Tribunal também recebeu, além dos recursos da LOA, cerca de R\$ 15,7 milhões mediante Descentralizações Internas e Externas.

O total autorizado (LOA, Provisão e Destaque de Crédito) foi disponibilizado da seguinte maneira:

EXERCÍCIO	2024				2023				VARIÇÃO ENTRE TOTAIS
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
DOTAÇÃO INICIAL	1.605.928.283,00	361.029.588,00	8.474.478,00	1.975.432.349,00	1.589.854.493,00	355.263.861,00	6.888.714,00	1.952.007.068,00	1,20%
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	207.622.374,00	37.549.159,00	7.308.000,00	252.479.533,00	153.657.593,00	19.802.825,00	250.000,00	173.710.418,00	45,35%
DOTAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	96.080.686,00	0,00	0,00	96.080.686,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
DOTAÇÃO CANCELADA E REMANEJADA	-19.000.000,00	-11.491.900,00	4.000.000,00	-26.491.900,00	-8.656.054,00	-30.117.610,00	7.900.000,00	-30.873.664,00	-14,19%
DOTAÇÃO ATUALIZADA (LOA)	1.890.631.343,00	387.086.847,00	19.782.478,00	2.297.500.668,00	1.734.856.032,00	344.949.076,00	15.038.714,00	2.094.843.822,00	9,67%
PROVISÃO	13.807.846,77	64.326,00	0,00	13.872.172,77	3.884.974,24	42.220,00	0,00	3.927.194,24	253,23%
DESTAQUE DE CRÉDITO	1.642.621,00	155.374,50	0,00	1.797.995,50	11.147.065,00	242.222,00	0,00	11.389.287,00	-84,21%
DOTAÇÃO AUTORIZADA LÍQUIDA COM DESCENTRALIZAÇÕES	1.906.081.810,77	387.306.547,50	19.782.478,00	2.313.170.836,27	1.749.888.071,24	345.233.518,00	15.038.714,00	2.110.160.303,24	9,62%

Fonte: Tesouro Gerencial

Da Dotação Atualizada consignada na LOA/2024 (R\$ 2,298 bilhões), cerca de 82,29% correspondem a despesa de Pessoal e Encargos Sociais, 16,85% a Outras Despesas Correntes e 0,86% a Investimentos.





A variação de R\$ 337.738.487,27 verificada entre a Dotação Inicial e a Final Autorizada no exercício de 2024, decorreu de dotações suplementares e extraordinárias, de créditos recebidos por descentralizações internas e externas, e adequações do orçamento às demandas de despesas apresentadas para o exercício. Segue quadro com os totais movimentados:

Créditos Adicionais e Movimentações de Créditos

CRÉDITOS ADICIONAIS	Saldo - R\$
DOTACAO SUPLEMENTAR	252.479.533,00
DOTACAO EXTRAORDINÁRIA	96.080.686,00
DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	(26.491.900,00)
TOTAL	322.068.319,00

MOVIMENTAÇÕES DE CRÉDITOS	Saldo - R\$
PROVISAO RECEBIDA	13.872.172,77
DESTAQUE RECEBIDO	1.797.995,50
TOTAL	15.670.168,27

Fonte: Tesouro Gerencial

O demonstrativo seguinte apresenta os Créditos Adicionais recebidos e as Dotações Canceladas e Remanejadas por Programas de Trabalho.

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTACAO SUPLEMENTAR	DOTACAO EXTRAORDINARIA	DOTACAO CANCELADA E REMANEJADA	SALDO - RS
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	9.300.000,00	0,00	0,00	9.300.000,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	157.984.806,00	0,00	0,00	157.984.806,00
MEDIDA PROVISORIA N. 1238, DE 03/07/2024	0,00	76.181.661,00	0,00	76.181.661,00
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA A MAGISTRADOS E MEMBROS DO MINISTERIO PUBLICO - ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	13.270.903,00	0,00	3.823.876,00	17.094.779,00
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVICOS E SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	0,00	0,00	(7.687.730,00)	(7.687.730,00)
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	0,00	0,00	123.737,00	123.737,00
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	0,00	0,00	(455.895,00)	(455.895,00)
PAGAMENTO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS	0,00	0,00	(467.606,00)	(467.606,00)
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	0,00	0,00	510.200,00	510.200,00
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	0,00	0,00	27.837,00	27.837,00
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	0,00	0,00	(26.319,00)	(26.319,00)
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA DE CIVIS - COMPLEMENTACAO DA UNIAO	9.149.617,00	0,00	(3.100.000,00)	6.049.617,00
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CIVIS E DE EMPREGADOS	1.570.770,00	0,00	98.000,00	1.668.770,00
AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CIVIS ATIVOS	0,00	0,00	(233.000,00)	(233.000,00)
AUXÍLIO-ALIMENTACAO DE CIVIS ATIVOS	11.565.869,00	0,00	(105.000,00)	11.460.869,00
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CIVIS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUCAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS	9.110.046,00	0,00	0,00	9.110.046,00
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	40.527.522,00	0,00	0,00	40.527.522,00
MEDIDA PROVISORIA N. 1238, DE 03/07/2024	0,00	19.899.025,00	0,00	19.899.025,00
BENEFÍCIO ESPECIAL	0,00	0,00	(19.000.000,00)	(19.000.000,00)
TOTAL	252.479.533,00	96.080.686,00	(26.491.900,00)	322.068.319,00

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Os atos autorizativos de créditos no exercício de 2024 foram os seguintes:

Instrumento Legal	Número	Data	Complemento	Documentos SIAFI
Lei	14791	29-dez-23	LDO/2024 - Publicada no DOU em 02/01/2024	2024ND800001/ 2024ND800002/ 2024ND800003
Lei	14822	22-jan-24	LOA/2024 - Publicada no DOU em 23/01/2024	2024ND800012/ 2024ND800013/ 2024ND800014
Ato Conjunto TST.CSJT.GP	15	26-fev-24	Publicada no DOU em 27/02/2024	Limite de pagamento de despesas primárias a serem observados no exercício de 2024
Medida Provisória	1238	03-jul-24	Publicada no DOU em 04/07/2024	2024ND800017
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	48	08-jul-24	Publicada no DOU em 10/07/2024	2024ND800018
Ato Conjunto TST.CSJT.GP	58	23-set-24	Publicada no DOU em 24/09/2024	2024ND800022
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	57	23-set-24	Publicada no DOU em 24/09/2024	2024ND800021
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	73	23-set-24	Publicada no DOU em 24/09/2024	2024ND800023
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	60	04-out-24	Publicada no DOU em 07/10/2024	2024ND800024
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	98	05-nov-24	Publicada no DOU em 07/11/2024	2024ND800027
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	86	06-dez-24	Publicada no DOU em 10/12/2024	2024ND800034/ 2024ND800035
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	91	12-dez-24	Publicada no DOU em 13/12/2024	2024ND800036
Ato CSJT.GP.SG.SEOFI	116	18-dez-24	Publicada no DOU em 20/12/2024	2024ND800039
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	98	19-dez-24	Publicada no DOU em 20/12/2024	2024ND800038
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	99	24-dez-24	Publicada no DOU em 26/12/2024	2024ND800042/ 2024ND800043
Ato Conjunto TST.CSJT.GP.SG.SEOFI	117	26-dez-24	Publicada no DOU em 30/12/2024	2024ND800044

DESCENTRALIZAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS

A seguir, as Descentralizações recebidas por Unidades Orçamentárias e Planos Orçamentários e a sua execução.

Descentralizações Internas (Provisão)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	TRABALHO SEGURO	339030	MATERIAL DE CONSUMO	18.213,00
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	4.050,00
	COMBATE AO TRABALHO INFANTIL E DE ESTIMULO A APRENDIZAGEM	339030	MATERIAL DE CONSUMO	22.263,00
		339030	MATERIAL DE CONSUMO	19.800,00
TOTAL				64.326,00
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO-SENTENCAS JUDICIAIS	REQUISICOES DE PEQUENO VALOR	319000	APLICACOES DIRETAS	13.807.846,77
		TOTAL		13.807.846,77
TOTAL				13.872.172,77

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Descentralizações externas (Destaque de Crédito)

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	NATUREZA DE DESPESA		SALDO – R\$
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	APOIO A ESTUDOS E PESQUISAS	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1987,50
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	CAPACITAÇÃO DE PESSOAS DO PODER JUDICIÁRIO E DE OPERADORES DO DIREITO	339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.426,00
ENCARGOS FINANC.DA UNIAO - SENTENÇAS JUDICIAIS	PRECATÓRIOS	319091	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.792.582,00
TOTAL				1.797.995,50

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

As Provisões foram para atender aos Programas de Trabalho Seguro, de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade e aos pagamentos de Requisições de Pequeno Valor. Já os Destaques de Crédito foram para pagamentos de Apoio a Estudos e Pesquisas, Capacitação de Pessoas do Poder Judiciário e de Operadores do Direito e de Precatórios.

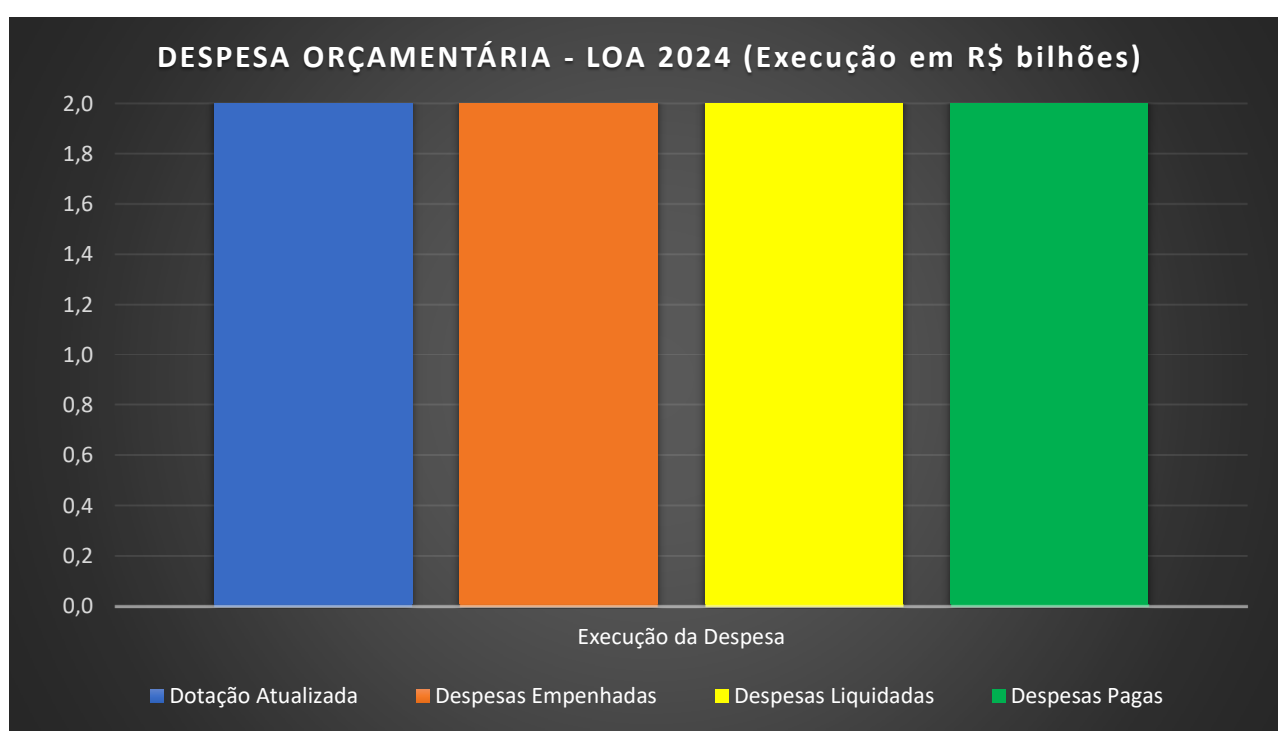
PROVISÃO	RECEBIDA	EXECUTADA	% EXECUÇÃO
Trabalho Seguro	R\$ 22.263,00	R\$ 4.050,00	18,19%
Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo a Aprendizagem	R\$ 22.263,00	R\$ 22.258,00	99,98%
Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade	R\$ 19.800,00	R\$ 19.781,25	99,91%
Requisicoes de Pequeno Valor	R\$ 13.807.846,77	R\$ 13.807.846,77	100,00%
TOTAL	R\$ 13.872.172,77	R\$ 13.853.936,02	99,87%
DESTAQUE DE CRÉDITO	RECEBIDO	EXECUTADO	% EXECUÇÃO
Apoio a Estudos e Pesquisas	R\$ 1.987,50	R\$ 1.987,50	100,00%
Capacit. de Pessoas do Poder Judic. e de Operad. do Direito	R\$ 3.426,00	R\$ 3.426,00	100,00%
Precatórios	R\$ 1.792.582,00	R\$ 1.792.577,99	100,00%
TOTAL	R\$ 1.797.995,50	R\$ 1.797.991,49	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

Considerando que as Notas Explicativas se referem aos valores constantes das Demonstrações Contábeis, após a explanação sobre os valores Descentralizados recebidos, a análise da execução da despesa orçamentária será restrita à Dotação da LOA/2024, destinada diretamente ao TRT da 15ª Região. O gráfico a seguir evidencia a execução quase total do orçamento autorizado.



A Dotação Orçamentária foi destinada aos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais: Outros Encargos Especiais. A execução da despesa orçamentária está representada a seguir.

CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (LOA/2024)

Em R\$

PROGRAMA DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS					
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS	
	(A)	(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)
PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER JUDICIARIO	2.285.862.422,00	2.282.833.771,69	99,87%	2.247.922.665,49	98,34%	2.220.220.241,37	97,13%
OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS (Aposentadoria com Beneficio Especial – Lei 12.618/2012)	11.638.246,00	10.959.636,78	94,17%	10.931.210,36	93,92%	10.931.210,36	93,92%
TOTAL	2.297.500.668,00	2.293.793.408,47	99,84%	2.258.853.875,85	98,32%	2.231.151.451,73	97,11%

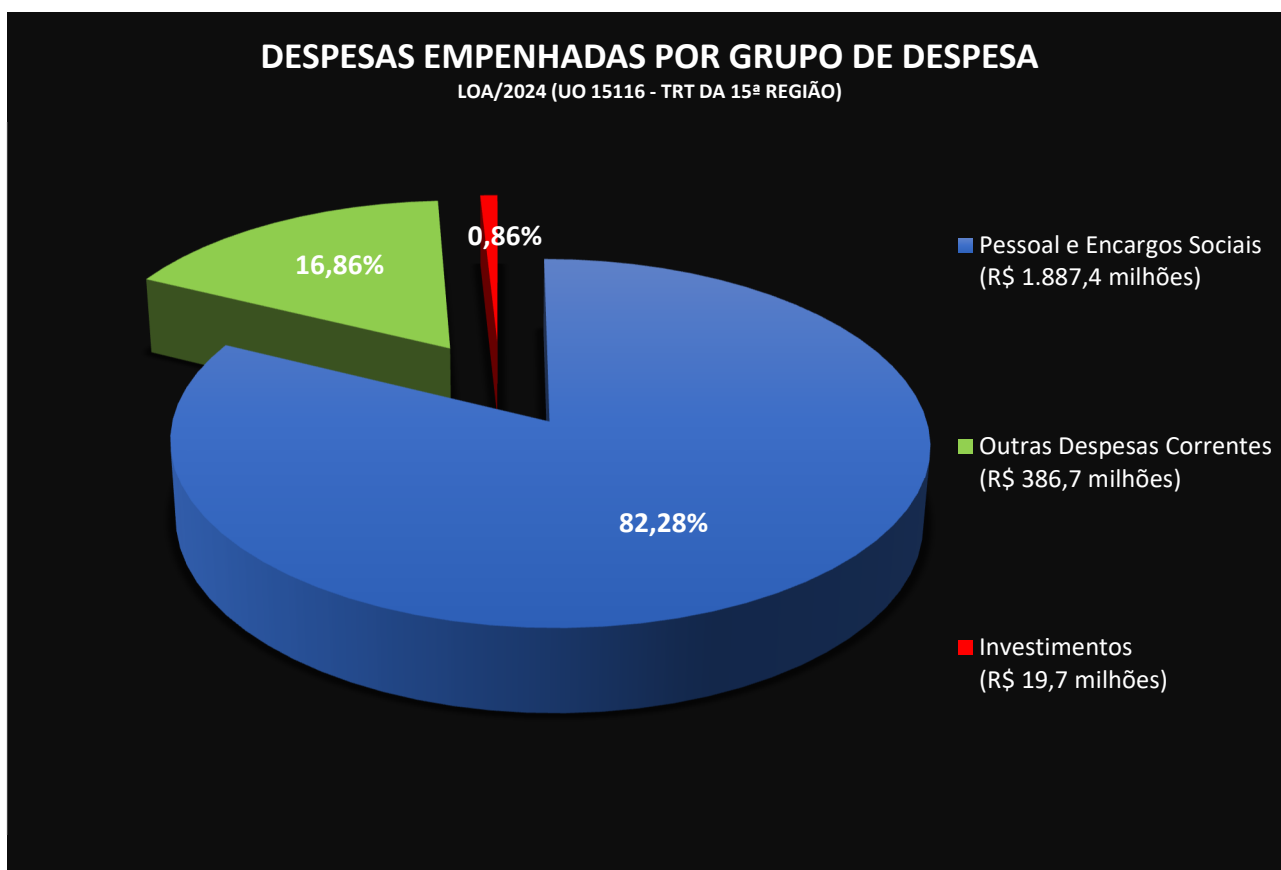
Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



DESPESAS EMPENHADAS

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. (MCASP 11ª Edição, pág. 105)

Do total dos créditos autorizados na LOA/2024 foram empenhados cerca de R\$ 2,294 bilhões. O gráfico a seguir demonstra os percentuais empenhados por Grupo de Despesa.

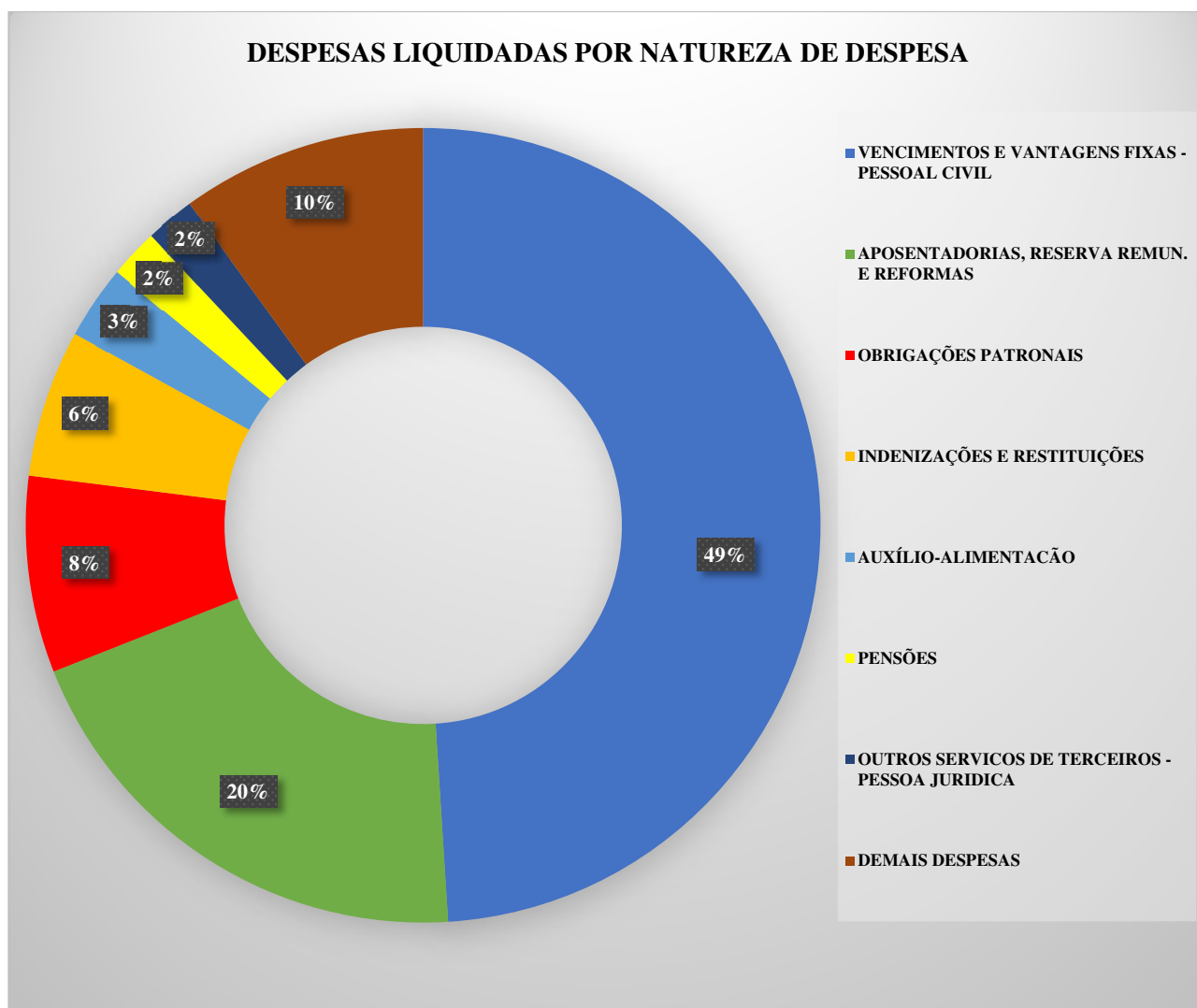




DESPESAS LIQUIDADAS

Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. (MCASP 11ª Edição, pág. 106).

Do total dos créditos empenhados, foram liquidados 98,48%, cerca de R\$ 2,259 bilhões. Segue gráfico dos créditos liquidados por Natureza de Despesa.



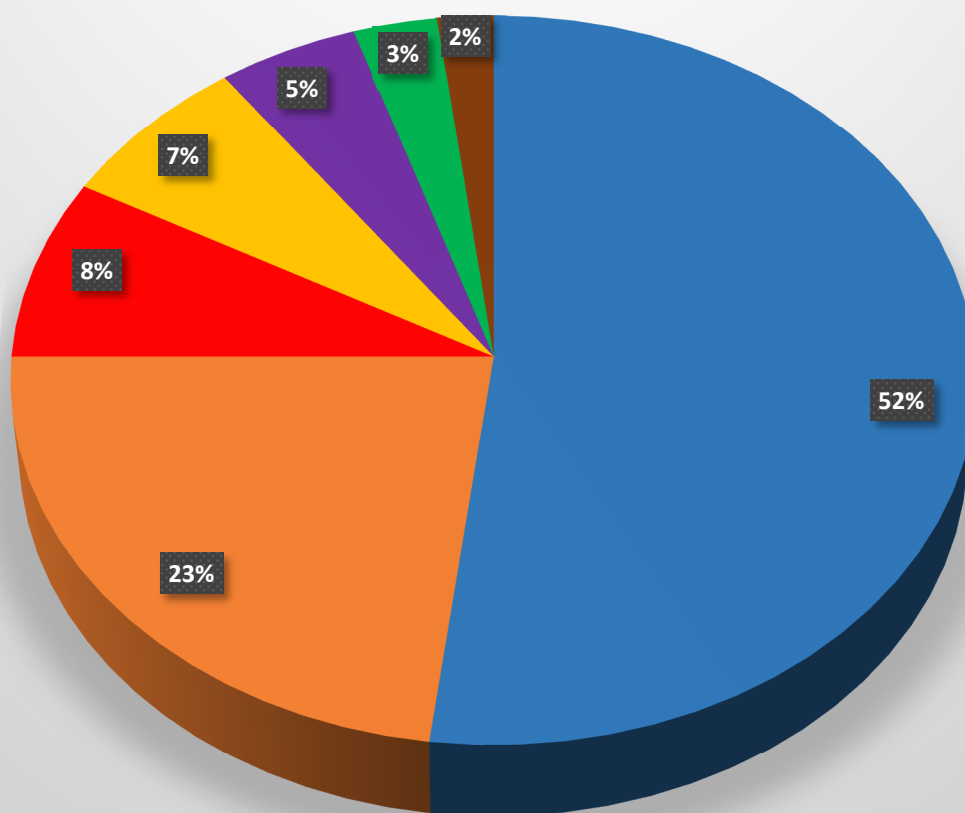
Pela análise gráfica constata-se que os vencimentos de Pessoal Ativo, Aposentadorias, Pensões e Obrigações Patronais, somados, equivalem a 79% dos créditos liquidados.



DESPESAS PAGAS

Do total dos créditos liquidados, foram pagos 98,77% (R\$ 2,231 bilhões). Segue percentual de distribuição dos pagamentos realizados por Ação de Governo.

DESPESAS PAGAS POR AÇÃO DE GOVERNO



- ATIVOS CIVIS DA UNIÃO
- APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO + BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012
- CONTRIBUICAO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
- APRECIAÇÃO DE CAUSAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO
- ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS
- BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERVIDORES CIVIS
- DEMAIS AÇÕES



QUADRO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR AÇÃO DE GOVERNO CONSIGNADA NA LOA/2024

DOTAÇÃO AUTORIZADA NA LOA/2024

Em RS

AÇÃO DE GOVERNO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESAS						INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	
		EMPENHADAS		LIQUIDADAS		PAGAS		(E)	(E)/(A)
		(B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)	(D)	(D)/(A)		
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIAO	513.690.758,00	513.112.152,48	99,89%	511.983.385,17	99,67%	511.801.895,17	99,63%	1.310.257,31	0,26%
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	11.638.246,00	10.959.636,78	94,17%	10.931.210,36	93,92%	10.931.210,36	93,92%	28.426,42	0,24%
CONTRIBUICAO PARA O REGIME PREVIDENCIÁRIO DOS SERVIDORES	172.440.583,00	172.440.583,00	100,00%	170.867.202,33	99,09%	170.867.202,33	99,09%	1.573.380,67	0,91%
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS	120.493.401,00	120.475.854,26	99,99%	119.681.313,27	99,33%	119.681.313,27	99,33%	794.540,99	0,66%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	1.192.861.756,00	1.190.888.704,45	99,83%	1.187.159.180,42	99,52%	1.164.246.171,27	97,60%	26.642.533,18	2,23%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	72.911.918,00	72.908.749,43	100,00%	72.808.585,58	99,86%	72.808.585,58	99,86%	100.163,85	0,14%
AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXÍLIO- MORADIA	130,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E DE UTILIDADE PUBLICA	61.414,00	21.219,97	34,55%	20.574,16	33,50%	20.413,00	33,24%	806,97	1,31%
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	33.086.364,00	33.086.364,00	100,00%	32.985.308,57	99,69%	31.862.610,39	96,30%	1.223.753,61	3,70%
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	180.316.098,00	179.900.144,10	99,77%	152.417.115,99	84,53%	148.932.050,36	82,59%	30.968.093,74	17,17%
TOTAL	2.297.500.668,00	2.293.793.408,47	99,84%	2.258.853.875,85	98,32%	2.231.151.451,73	97,11%	62.641.956,74	2,73%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

A Ação Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho possui 7 (sete) Planos Orçamentários, tendo sua execução da despesa assim constituída:

Em RS

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS			
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS	166.881.176,00	166.465.767,95	140.588.343,51	137.523.216,01	28.942.551,94
MANUTENCAO E GESTAO DOS SERVIÇ. E SISTEMAS DE TEC. DA INFORMACAO	9.620.407,00	9.619.898,11	8.260.095,64	7.994.099,63	1.625.798,48
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	913.893,00	913.892,92	907.666,06	904.078,61	9.814,31
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	220.657,00	220.656,37	220.656,37	220.656,37	0,00
PAGAMENTO DE INTÉRPRETES E TRADUTORES DE LIBRAS	81.522,00	81.495,00	61.495,00	61.495,00	20.000,00
SEGURANCA DA INFORMACAO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIARIO	2.394.624,00	2.394.614,75	2.175.040,41	2.024.685,74	369.929,01
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	203.819,00	203.819,00	203.819,00	203.819,00	0,00
TOTAL	180.316.098,00	179.900.144,10	152.417.115,99	148.932.050,36	30.968.093,74

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



Os Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis englobam os seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DESPESAS			
		EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
ASSISTENCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES CÍVIS	8.682.920,00	8.682.920,00	8.677.952,13	8.677.952,13	4.967,87
AUXÍLIO-TRANSPORTE DE CÍVIS	118.452,00	118.452,00	114.573,44	114.573,44	3.878,56
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO DE CÍVIS	63.534.546,00	63.531.718,18	63.511.717,83	63.511.717,83	20.000,35
AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE DE CÍVIS	576.000,00	575.659,25	504.342,18	504.342,18	71.317,07
TOTAL	72.911.918,00	72.908.749,43	72.808.585,58	72.808.585,58	100.163,85

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

PLANOS ORÇAMENTÁRIOS DA ESCOLA JUDICIAL

A Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região é a Unidade Gestora Responsável (UGR 080045) pela gestão dos seguintes Planos Orçamentários:

Em R\$

PLANO ORÇAMENTÁRIO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO - DESPESAS DIVERSAS (0,7% DO TOTAL)	1.147.899,10	1.147.899,10	1.043.379,93	1.042.366,73
CAPACITACAO DE RECURSOS HUMANOS	913.892,92	913.892,92	907.666,06	904.078,61
FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE MAGISTRADOS	220.656,37	220.656,37	220.656,37	220.656,37
CAPACITACAO DE SERVIDORES EFETIVOS E COMISSIONADOS DAS UNIDADES DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E SEGURANCA DA INFORMACAO DO PODER JUDICIARIO	203.819,00	203.819,00	203.819,00	203.819,00
TOTAL	2.486.267,39	2.486.267,39	2.375.521,36	2.370.920,71

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

RESUMO COMPARATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA

Segue resumo comparativo da execução da despesa em relação a 2023, evidenciando os valores empenhados, pagos e os inscritos em restos a pagar.

EXECUÇÃO DA DESPESA	2024	2023	VARIACÃO	
			R\$	%
DESPESAS EMPENHADAS	2.293.793.408,47	2.006.031.428,48	287.761.979,99	14,34%
DESPESAS PAGAS	2.231.151.451,73	1.978.931.675,81	252.219.775,92	12,75%
INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	62.641.956,74	27.099.752,67	35.542.204,07	131,15%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



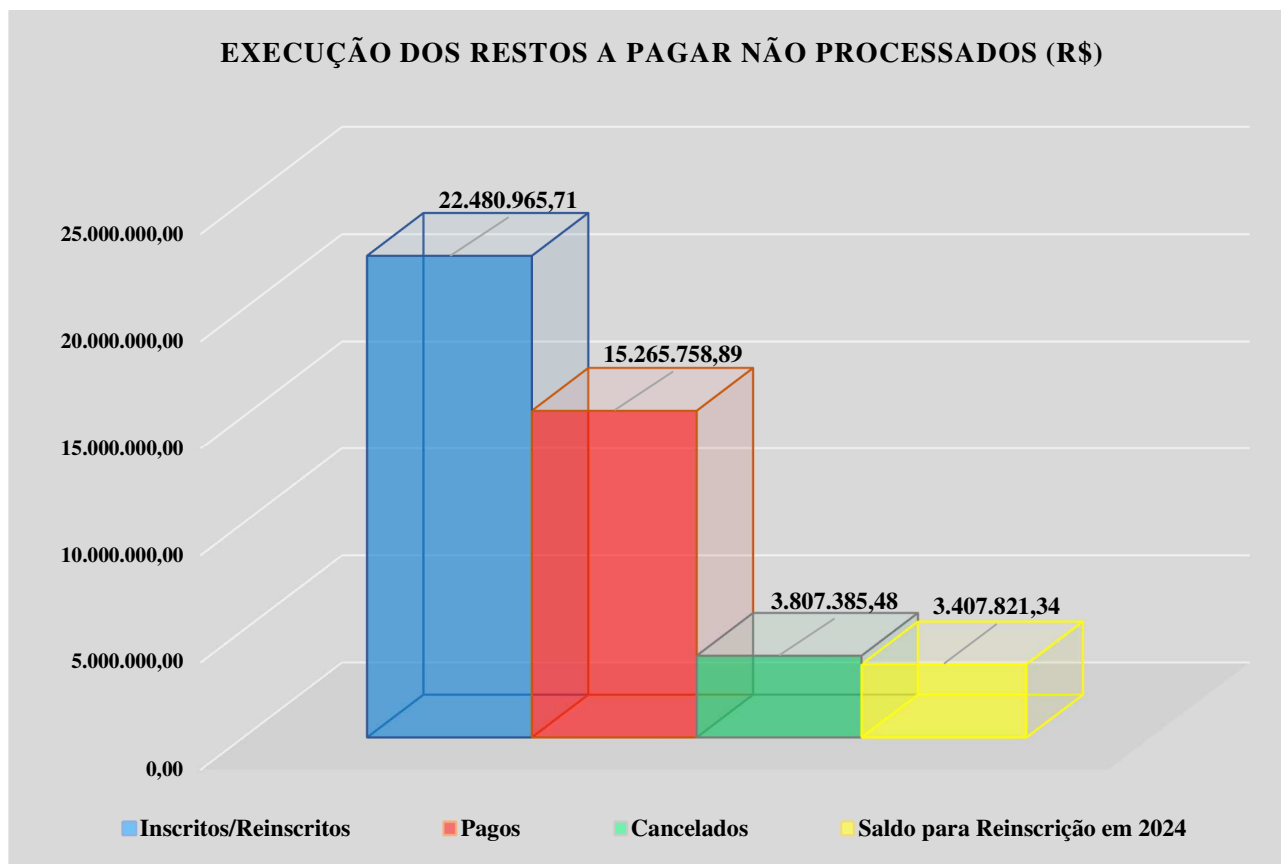
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

No final de 2023 foram inscritos e reinscritos R\$ 28.583.398,87 em restos a pagar, conforme a seguir.



Os Restos a Pagar Não Processados totalizaram 79% do montante inscrito/reinscrito, e sua execução em 2024 é demonstrada a seguir.

NE 3 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS





Do total de R\$ 22,5 milhões inscritos/reinscritos, foram liquidados e pagos R\$ 15,3 milhões (67,91%), R\$ 3,8 milhões (16,94%) foram cancelados e os R\$ 3,4 milhões (15,16%) restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					SALDO A PAGAR
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/ EXECUTAR	EXECUÇÃO		
				PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	12.258,39	0,00	12.258,39	10.131,36	82,65%	2.127,03
ASSISTENCIA MÉDICA E ODONTOLOG. AOS SERVIDORES	547.273,09	90.329,11	456.943,98	456.943,98	100,00%	0,00
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	4.130.978,49	0,00	4.130.978,49	3.535.642,93	85,59%	595.335,56
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS	178.102,50	171.521,81	6.580,69	6.580,69	100,00%	0,00
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	423,11	0,00	423,11	423,11	100,00%	0,00
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	17.611.930,13	3.545.534,56	14.066.395,57	11.256.036,82	80,02%	2.810.358,75
TOTAL	22.480.965,71	3.807.385,48	18.673.580,23	15.265.758,89	81,75%	3.407.821,34

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 4 - EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Foram inscritos/reinscritos R\$ 6,1 milhões em Restos a Pagar Processados, desse total, 97,28% foram pagos e os 2,72% restantes foram reinscritos.

Em R\$

AÇÃO GOVERNO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					SALDO A PAGAR
	INSCRITOS / REINSCRITOS	CANCELADOS	SALDO P/ EXECUTAR	EXECUÇÃO		
				PAGOS	%	
(A)	(B)	(B) / (A)				
BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	279.855,94	0,00	279.855,94	279.306,07	99,80%	549,87
ATIVOS CIVIS DA UNIAO	3.862.108,60	0,00	3.862.108,60	3.862.108,51	100,00%	0,09
ASSISTENCIA JURIDICA A PESSOAS CARENTES	980.495,86	0,00	980.495,86	977.293,25	99,67%	3.202,61
APRECIACAO DE CAUSAS NA JUSTICA DO TRABALHO	979.972,76	0,00	979.972,76	817.654,68	83,44%	162.318,08
TOTAL	6.102.433,16	0,00	6.102.433,16	5.936.362,51	97,28%	166.070,65

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO FINANCEIRO

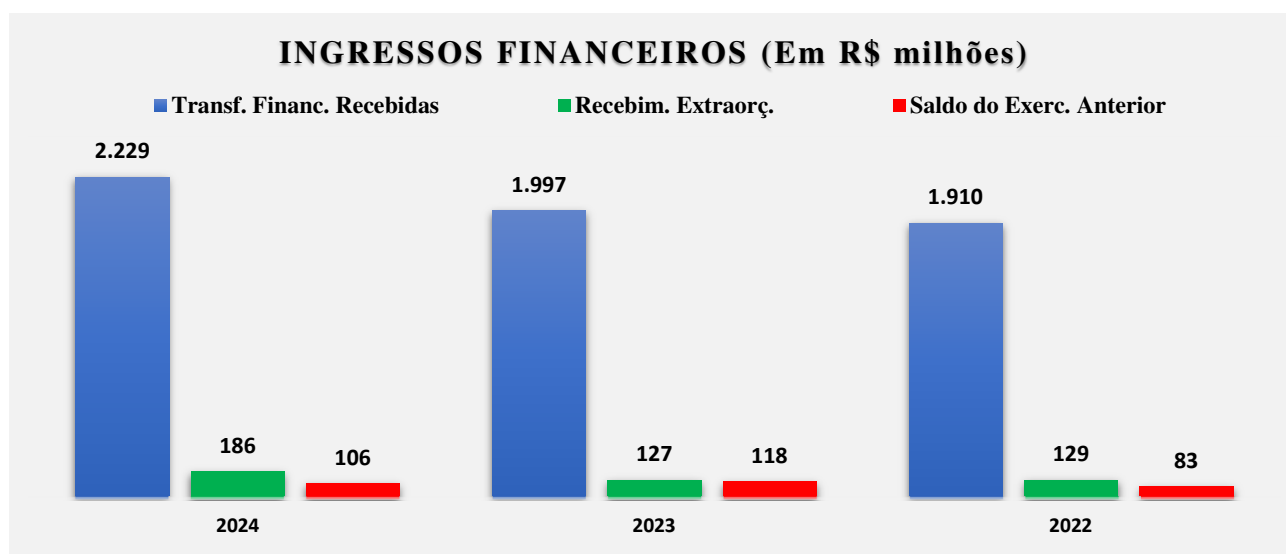
O Balanço Financeiro demonstra os Ingressos e Dispêndios Orçamentários e Extraorçamentários, considera os saldos provenientes de exercício anterior e evidencia os saldos financeiros que se transferem para o exercício seguinte.

NE 5 - INGRESSOS

As Transferências Financeiras Recebidas em 2024 contabilizaram R\$ 2,229 bilhões, sendo: R\$ 2,202 bilhões resultantes da execução orçamentária, mediante repasses e sub-repasses; e R\$ 27 milhões independentes da execução orçamentária.

Os Recebimentos Extraorçamentários somaram R\$ 186 milhões, destacando-se nesse montante a Receita Arrecadada de R\$ 100,4 milhões e os totais dos recursos relativos ao orçamento de 2024 inscritos em Restos a Pagar Processados e Não Processados a serem quitados no exercício seguinte, R\$ 27,7 milhões e R\$ 35 milhões, respectivamente.

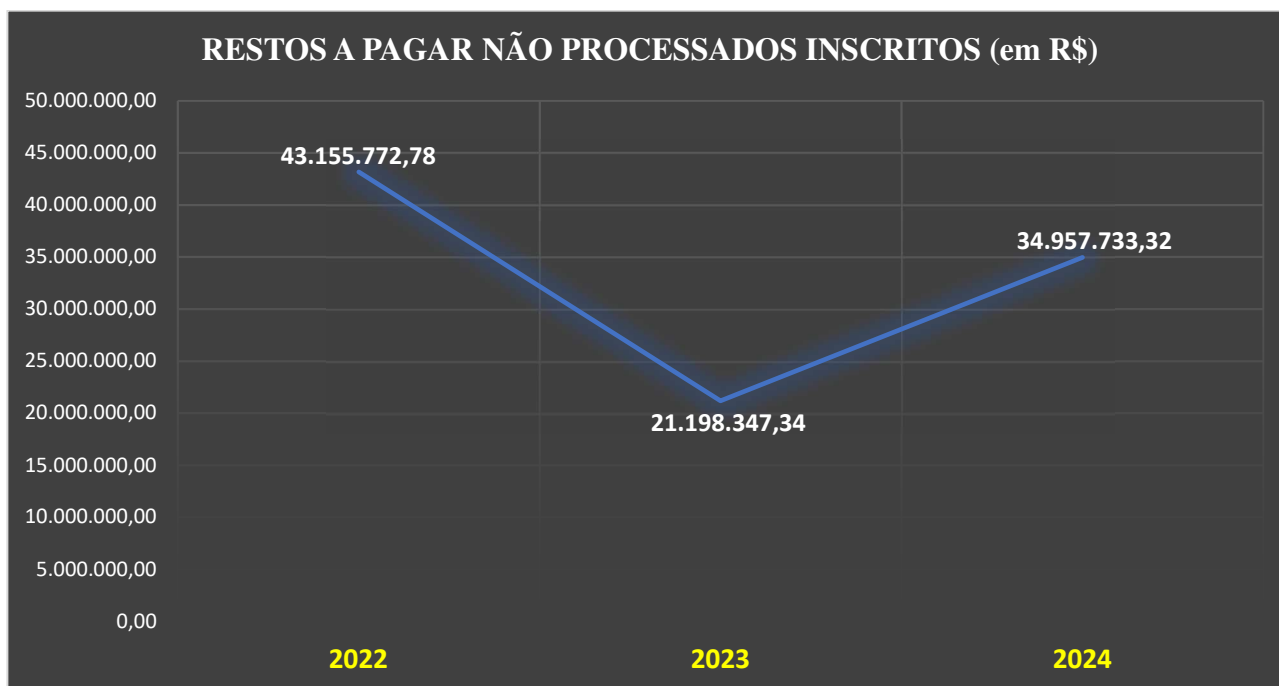
A seguir, o gráfico comparativo dos Ingressos Financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.





INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

O valor da diferença entre o total empenhado e o montante liquidado em 2024, R\$ 34.957.733,32, foi inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



A seguir, tem-se a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa e segregados em Restos a Pagar Não Processados A Liquidar e Em Liquidação.

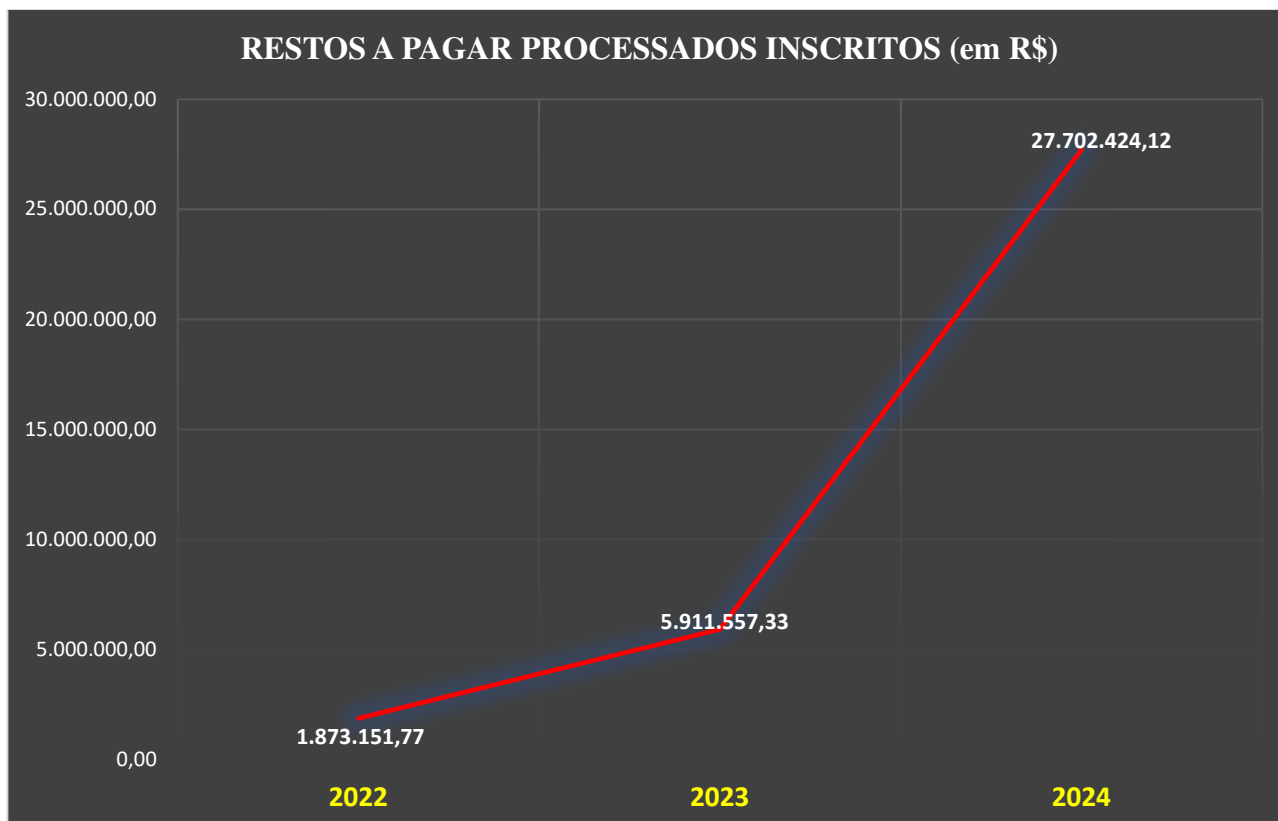
GRUPO DE DESPESA	RP NAO PROCESSADOS		TOTAL R\$	COMPOSIÇÃO %
	A LIQUIDAR	EM LIQUIDAÇÃO		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.502.585,16	1.957.513,27	6.460.098,43	18,48%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.126.333,43	6.077.520,93	20.203.854,36	57,80%
INVESTIMENTOS	8.293.780,53	0,00	8.293.780,53	23,72%
TOTAL	26.922.699,12	8.035.034,20	34.957.733,32	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Do total da despesa liquidada no exercício, R\$ 2,259 bilhões, o saldo de R\$ 27.702.424,12 foi inscrito em Restos a Pagar Processados. No gráfico a seguir, verifica-se a evolução dos valores inscritos nos últimos 3 (três) exercícios.



O quadro a seguir apresenta a composição dos valores inscritos por Grupo de Despesa.

GRUPO DE DESPESA	RP PROCESSADOS	
	INSCRICAO R\$	COMPOSIÇÃO %
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.094.499,15	83,37%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.893.019,40	14,05%
INVESTIMENTOS	714.905,57	2,58%
TOTAL	27.702.424,12	100,00%

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



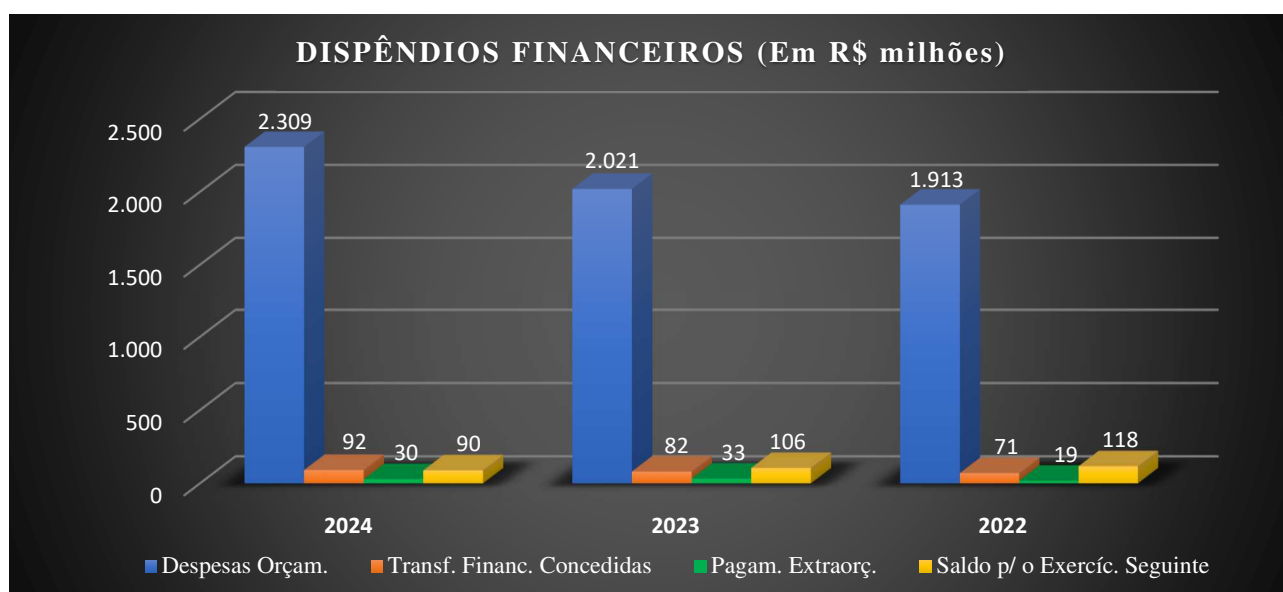
NE 6 - DISPÊNDIOS

As despesas orçamentárias somaram cerca de R\$ 2,309 bilhões, sendo que 78,17% foram ordinárias (R\$ 1,805 bilhão), e 21,83% vinculadas à Seguridade Social (exceto Previdência) e à Previdência Social (RPPS) e outros recursos vinculados a Fundos, Órgãos e Programas (R\$ 504,3 milhões).

As transferências financeiras concedidas somaram R\$ 92 milhões, independentes da execução orçamentária, R\$ 88,7 milhões referem-se às movimentações de saldos patrimoniais, sobretudo, às receitas arrecadadas e recolhidas ao tesouro nacional; R\$ 3,3 milhões são relativos às devoluções de recursos financeiros em decorrência de cancelamentos de Restos a Pagar e demais transferências concedidas.

As despesas extraorçamentárias (R\$ 30,1 milhões) contemplam, predominantemente, os valores pagos no ano de 2024 a título de Restos a Pagar Processados (R\$ 5,9 milhões) e Não Processados (R\$ 15,3 milhões) inscritos no exercício anterior, além de depósitos restituíveis, valores vinculados e outros pagamentos extraorçamentários.

A seguir, o gráfico comparativo dos dispêndios financeiros ocorridos nos últimos três exercícios.



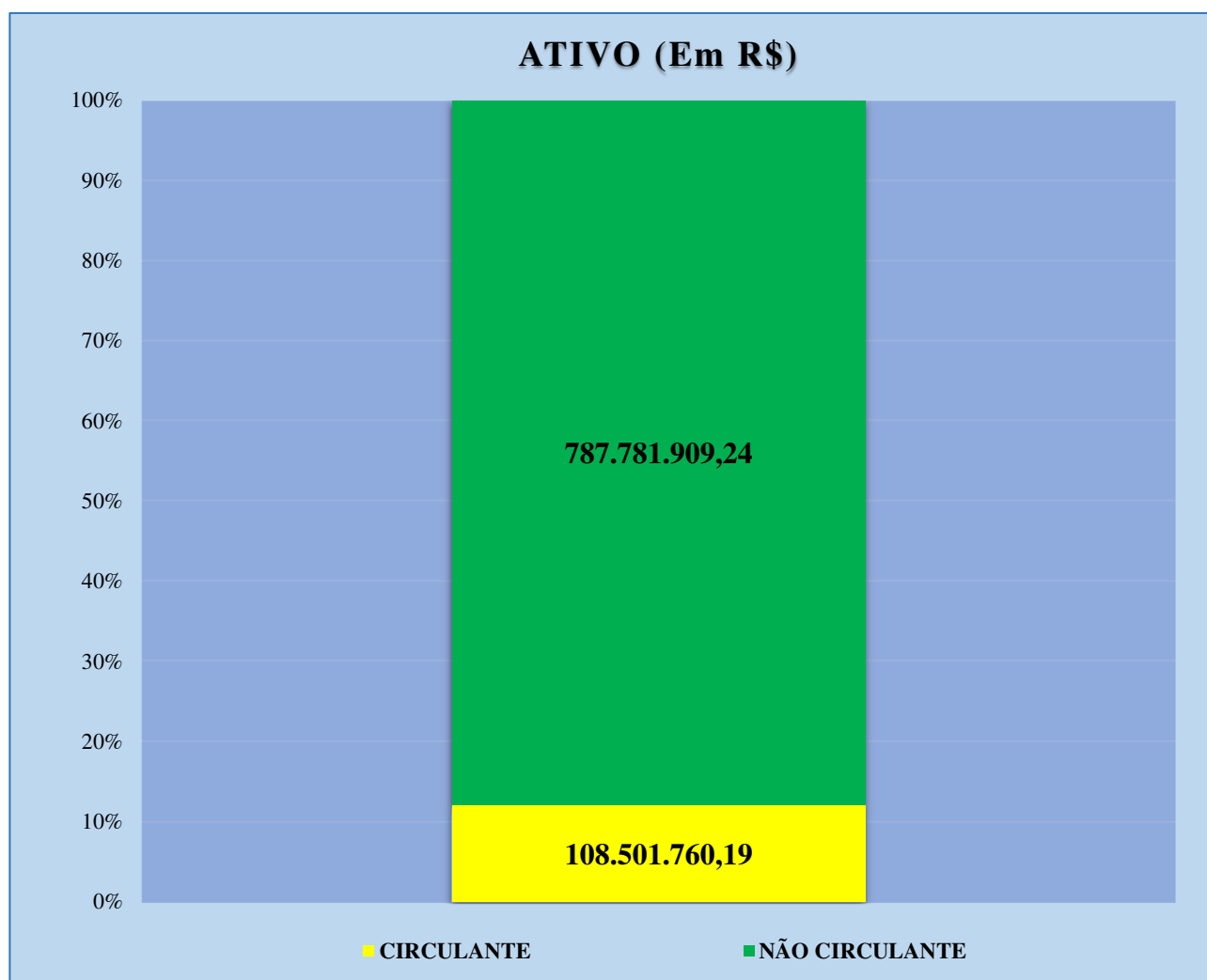


NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Órgão por meio de contas representativas do Patrimônio Público, bem como os Atos Potenciais, que são registrados em contas de compensação e têm natureza de informação de controle.

ATIVO

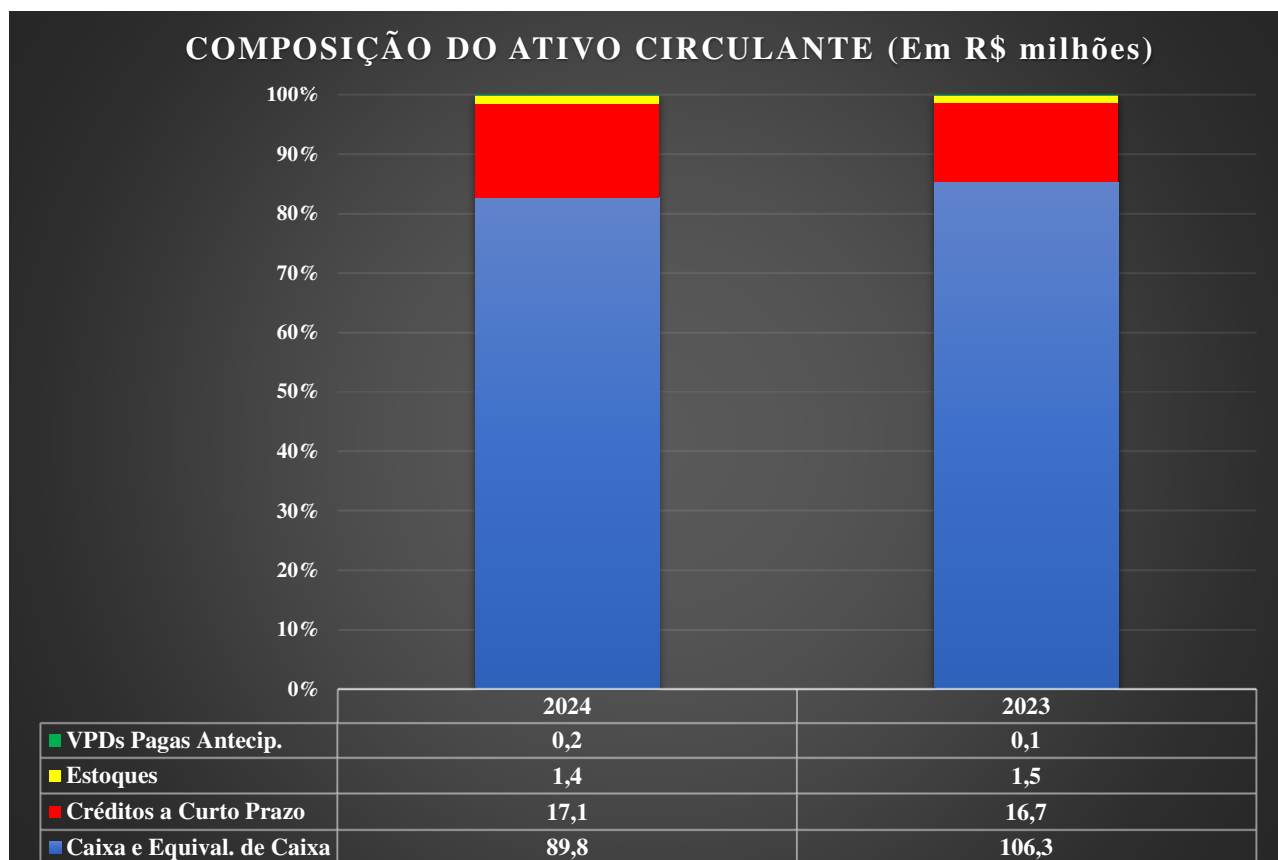
O Ativo somou R\$ 896,3 milhões, sendo que o Não Circulante, ou seja, aquele que possui expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, representa 88% do total, conforme pode-se verificar, a seguir.





NE 7 – ATIVO CIRCULANTE

O Ativo Circulante compreende os ativos que satisfazem um dos dois seguintes critérios: estarem disponíveis para realização imediata ou terem expectativa de realização até doze meses da data das Demonstrações Contábeis. A seguir, é possível verificar a composição do Circulante em 2024, que somou R\$ 108.501.760,19, em comparação com o exercício anterior.

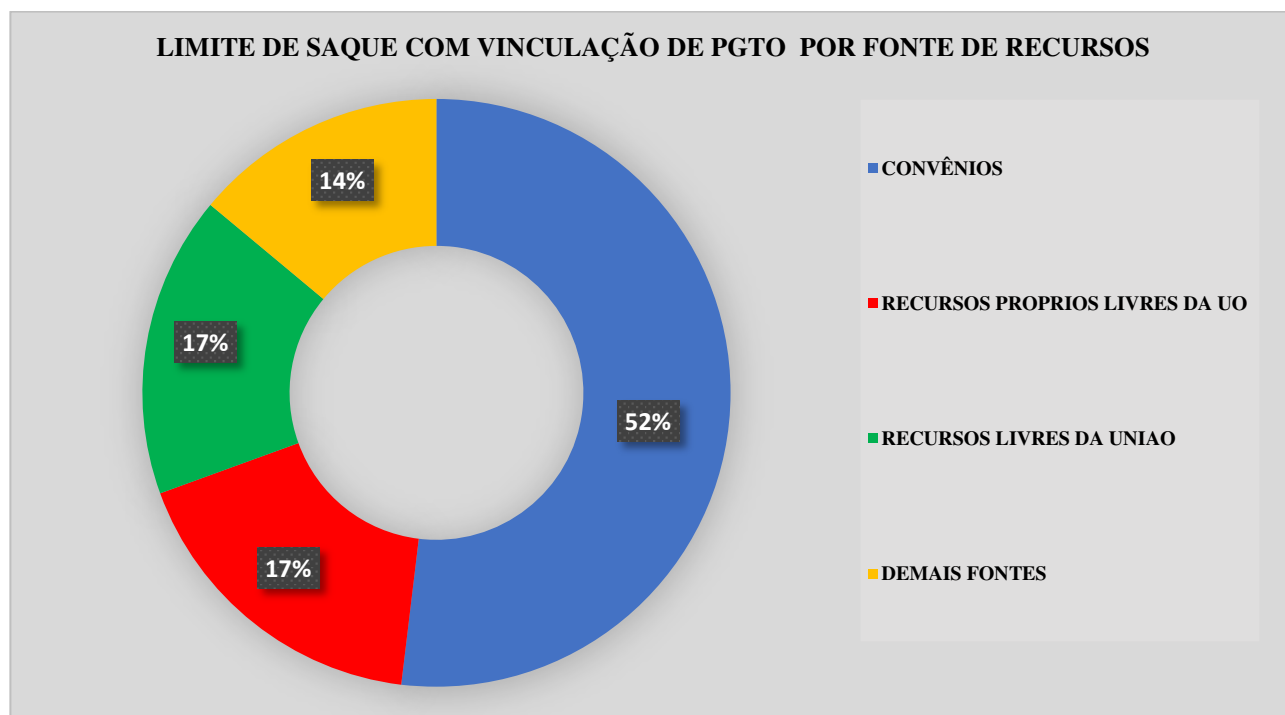


Constata-se, mediante análise gráfica, que 83% do Ativo Circulante é composto de Caixa e Equivalentes de Caixa, o que corresponde a R\$ 89.826.046,15, sendo que destes, 78% (R\$ 70.366.121,23) dizem respeito ao saldo das contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento da conta única do Tesouro Nacional, conforme Programação Financeira, incluindo o saldo destinado a amparar as pendências de pagamento para 2025, inscritas como Restos a Pagar no final de 2024. O restante de Caixa e Equivalentes corresponde a depósitos em garantia em contas vinculadas a contratos de serviços, retidos para fins de pagamentos de encargos



trabalhistas (R\$ 19.379.520,14) e depósitos restituíveis recebidos a título de Cauções (R\$ 80.404,78).

Segue gráfico com a composição do Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, por Fonte de Recursos.



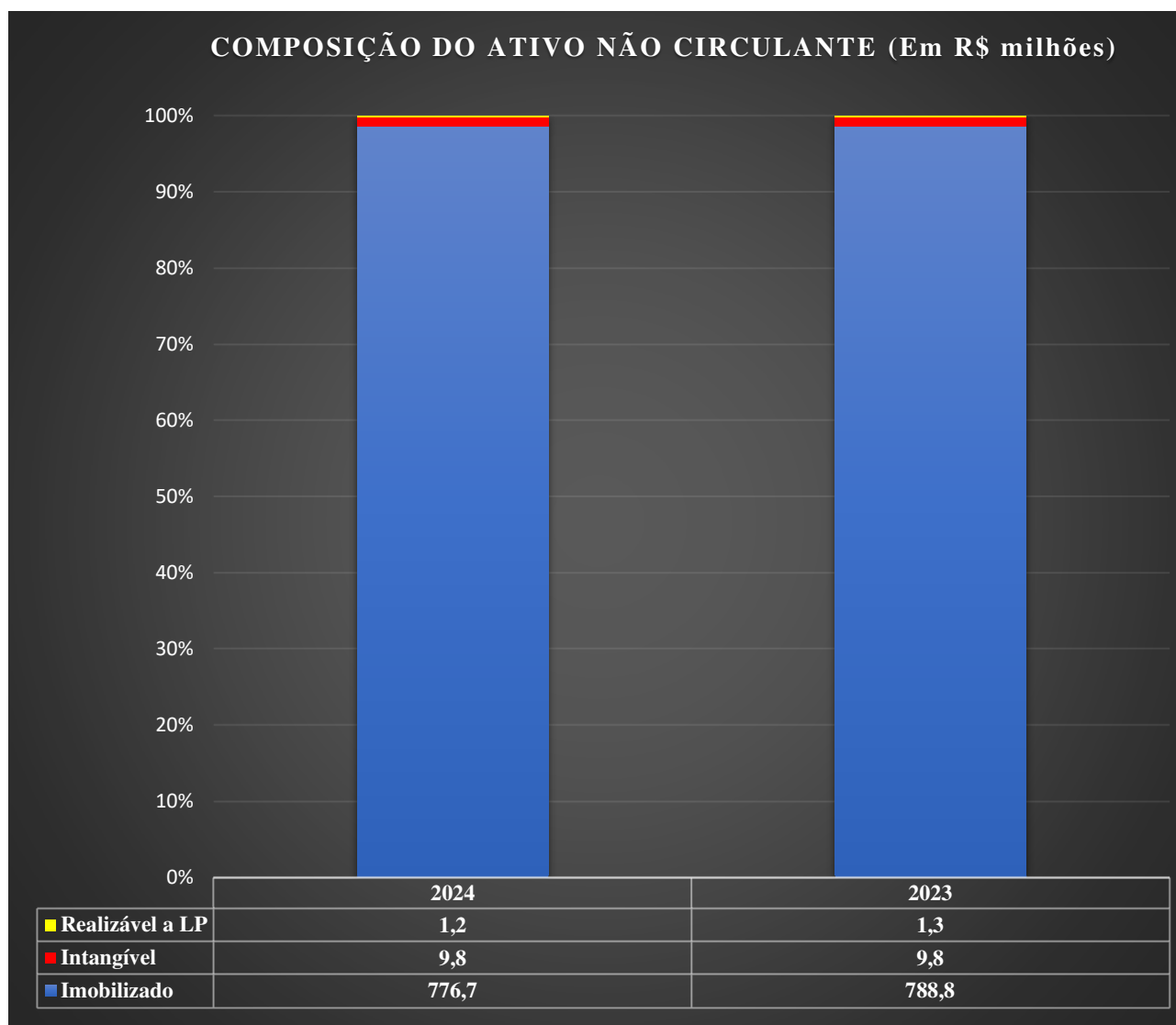
Os Recursos de Convênios (R\$ 36,5 milhões), os Próprios Livres da Unidade Orçamentária (R\$ 12,3 milhões) e os Livres da União (R\$ 11,7 milhões) correspondem juntos a 86% do saldo de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. As demais Fontes englobam Recursos de Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça, de Melhoria da Prestação Jurisdicional e Próprios da Unidade Orçamentária para Aplicação Exclusiva em Despesas de Capital.

Os Créditos a Curto Prazo são adiantamentos de salários, de férias, de gratificações natalinas, de auxílio-alimentação, e demais créditos decorrentes da folha de pagamento. Os Estoques correspondem aos materiais de consumo em Almoxarifado. Por fim, as Despesas Pagas Antecipadamente correspondem às assinaturas e anuidades, além de prêmios de seguros a apropriar.



NE 8 – ATIVO NÃO CIRCULANTE

O Ativo Não Circulante compreende os ativos que possuem expectativa de realização após doze meses da data das Demonstrações Contábeis, e soma R\$ 787.781.909,24, constituído por Ativo Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, conforme segue discriminado.



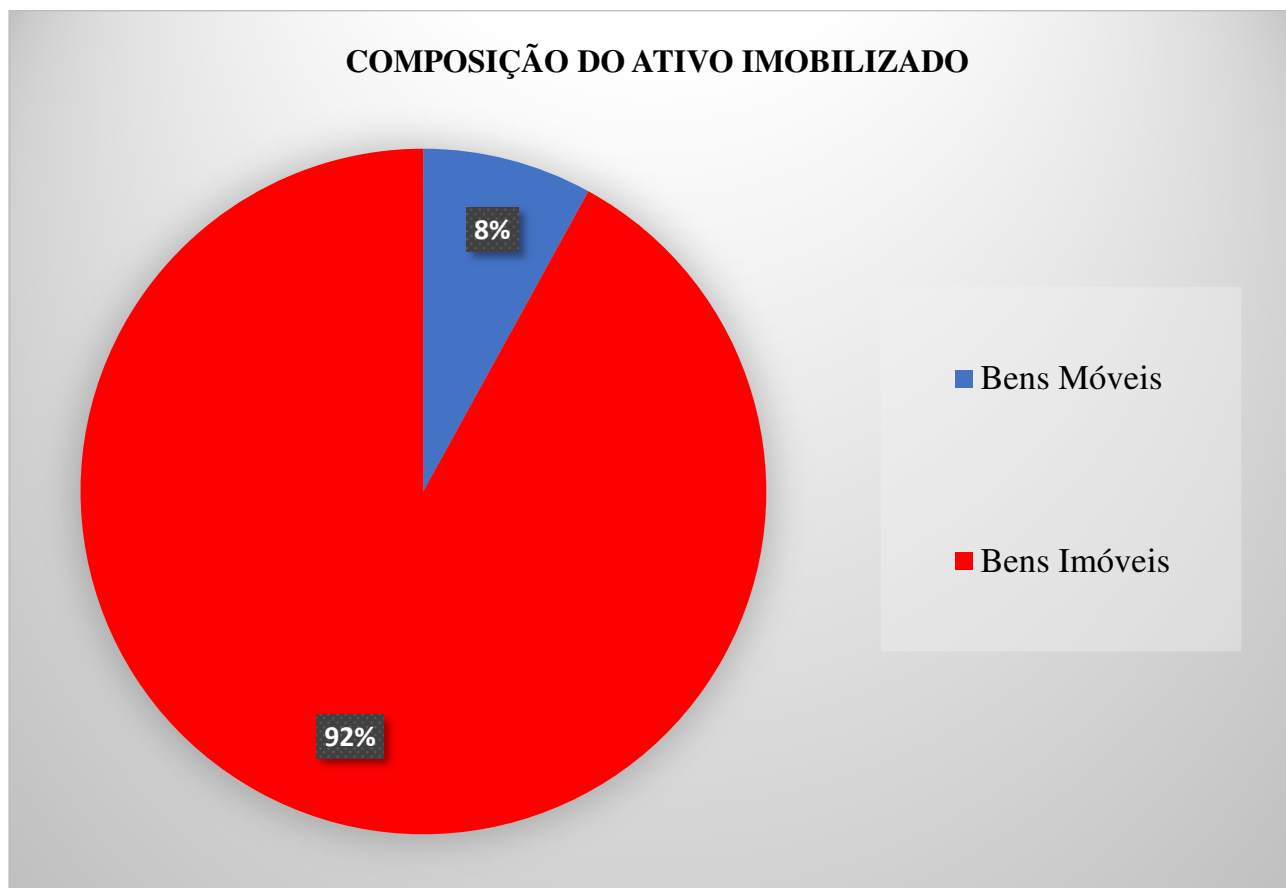
Quase a totalidade do Ativo Não Circulante é formado pelo Imobilizado, que corresponde a 99% do grupo, o equivalente a R\$ 776.748.580,66. Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade.



Os Intangíveis são compostos por Softwares com vida útil indefinida, ou seja, com licenças perpétuas de uso, ou com prazos indefinidos, totalizando R\$ 9.784.658,23.

Por fim, os Créditos Realizáveis a Longo Prazo referem-se ao aporte inicial efetivado pelo Tribunal Superior de Trabalho – TST, a título de adiantamento de contribuições futuras para a Funpresp-Jud (Previdência Complementar), em cumprimento ao Ofício Circular CSJT.GP.SG.CFIN N° 21/2015, e orientações contidas na Mensagem CFIN/CSJT_N ° 040/2015 e Mensagem SIAFI 2019/1138678 de 22/10/2019, R\$ 1.078.940,79, e o restante que soma R\$ 169.729,56, refere-se a adiantamentos concedidos a pessoal e não devolvidos a serem encaminhados para inscrição em dívida ativa.

O Ativo Imobilizado é segregado em Bens Móveis e Imóveis, conforme a seguir:





BENS MÓVEIS

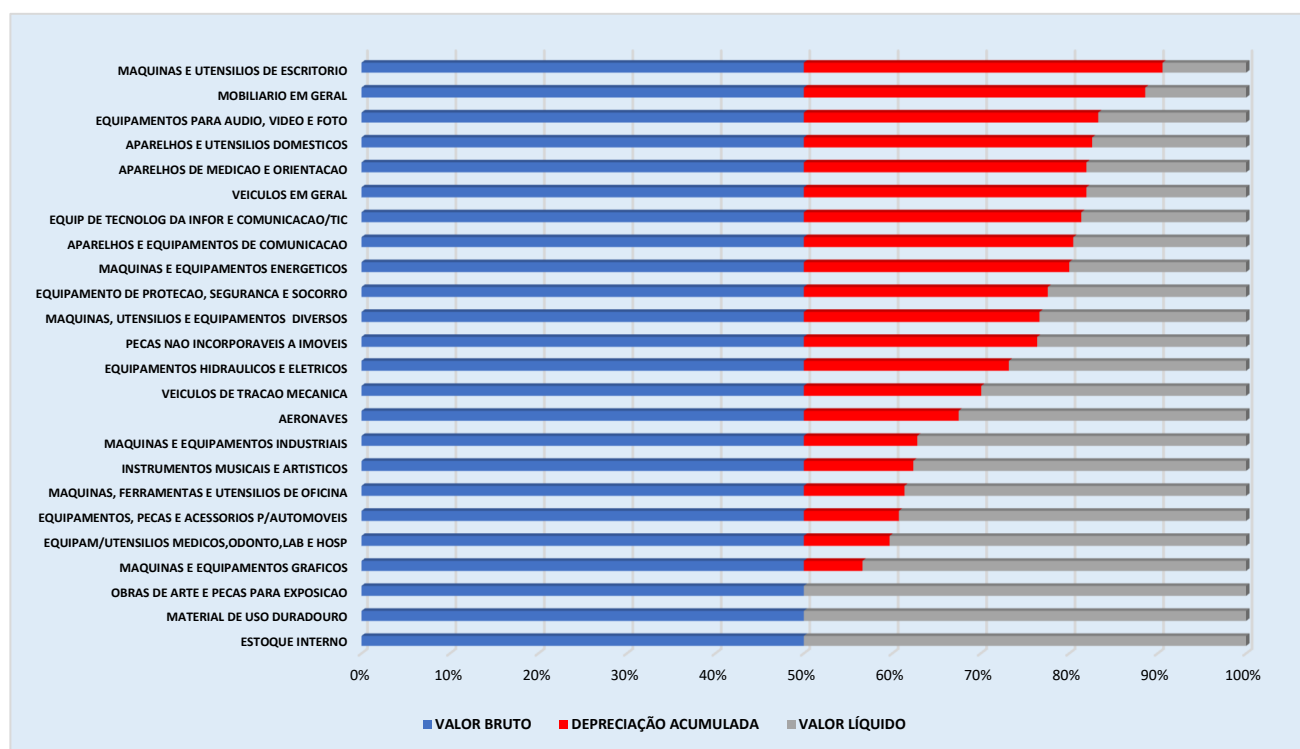
Segue quadro demonstrativo do valor bruto, da depreciação acumulada e do valor líquido contábil, por grupo de Bens Móveis, estocados e distribuídos, em comparação com o exercício anterior.

COMPOSIÇÃO	2024	2023	VARIÇÃO	
			%	RS
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	8.875.447,44	7.939.050,14	11,79%	936.397,30
Bens de Informática	108.446.613,20	100.580.682,74	7,82%	7.865.930,46
Móveis e Utensílios	37.159.902,63	35.669.658,04	4,18%	1.490.244,59
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.680.586,84	2.592.539,34	3,40%	88.047,50
Veículos	9.271.384,38	9.163.582,98	1,18%	107.801,40
Bens Móveis em Almoarifado	2.052.889,75	7.250.277,47	-71,69%	-5.197.387,72
Demais Bens Móveis	448.516,16	381.085,00	17,69%	67.431,16
(-) Depreciação Acumulada	-105.401.718,12	-102.704.964,01	2,63%	-2.696.754,11
Total	63.533.622,28	60.871.911,70	4,37%	2.661.710,58

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

O gráfico a seguir apresenta os grupos de Bens Móveis em ordem decrescente de depreciação acumulada em relação ao valor bruto, contribuindo com a análise da composição e com o planejamento de futuras aquisições.

ANÁLISE DA DEPRECIÇÃO ACUMULADA DOS BENS MÓVEIS





BENS IMÓVEIS

Os Bens Imóveis compreendem os Bens de Uso Especial, destinados aos serviços do Órgão, bem como os Bens Imóveis em Andamento e Instalações.

COMPOSIÇÃO	2024	2023	VARIÇÃO	
			%	RS
Bens de Uso Especial	713.250.254,50	728.711.106,44	-2,12%	-15.460.851,94
Bens Imóveis em Andamento (Estudos e Projetos)	254.938,36	163.065,28	56,34%	91.873,08
(-) Depreciação Acumulada	-290.234,48	-926.637,68	-68,68%	636.403,20
TOTAL	713.214.958,38	727.947.534,04	-2,02%	-14.732.575,66

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet são Edifícios, Terrenos/Glebas e Armazéns/Galpões, que correspondem a 97% (R\$ 694.824.602,26), 2% (R\$ 10.725.652,24) e 1% (R\$ 7.700.000,00) do total, respectivamente. A variação de -R\$ 15.460.851,94 se deu em virtude da baixa do terreno localizado no Bairro Taquaral que foi devolvido à Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo, conforme documentos 42/43/44 do Proad 22941/2022, e pelo recebimento do Armazém/Galpão, conforme o Termo de Entrega firmado em 27/12/2023 pela União e o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região para utilização por prazo indeterminado (lavratura do contrato/ato: em 27/12/2023, no Livro nº 41, às folhas 54/58, da SPU/SP e registro de transferência no SIAFI em 04/03/2024, pela 2024NL800116).

Já os Bens Imóveis em Andamento contemplam valores que, com a conclusão das obras, serão incorporados aos valores dos imóveis, o saldo é composto por Estudos e Projetos, sendo R\$ 163.065,28, elaborado visando a oportuna construção da Vara de Trabalho de Votuporanga e R\$ 91.873,08, contratado em 2024, visando a construção do Fórum Trabalhista de Jaboticabal.

A variação de R\$ 636.403,20 em Depreciação Acumulada corresponde ao somatório dos registros mensais de depreciação do Bens Imóveis no SIAFI, realizados diretamente pela Coordenação Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (UG 170999), de acordo com os dados disponibilizados



pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, sendo quem em maio houve Ajustes de Exercícios Anteriores conforme Orientações das Mensagens Comunica SIAFI 2024/3446600 e 2024/3462950 e em agosto houve regularização dos saldos das Depreciações em atendimento à Mensagem Comunica SIAFI 2024/3861038.

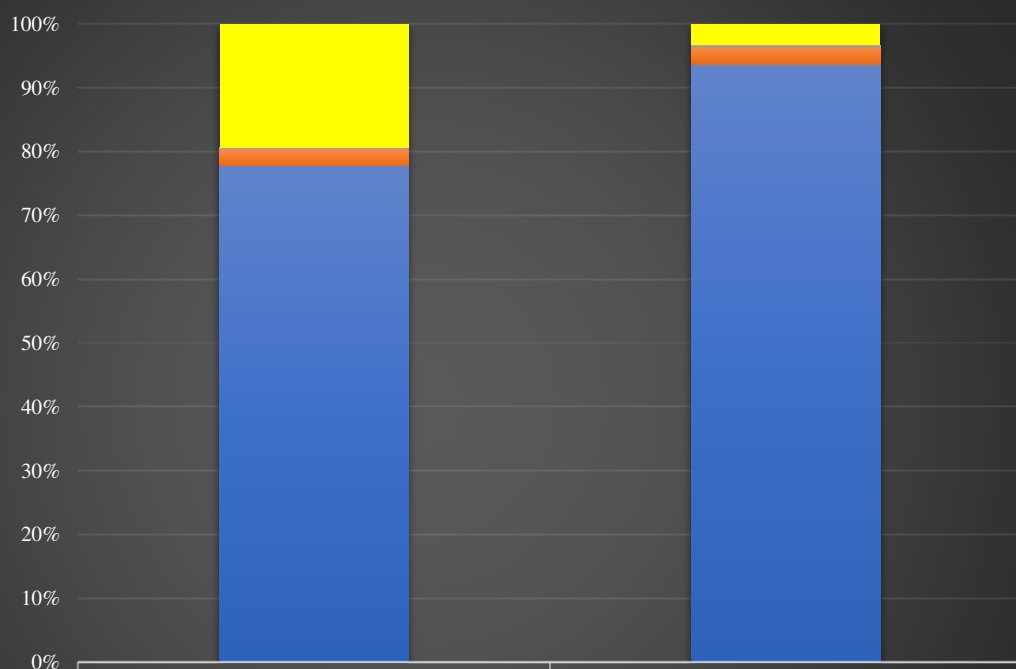
PASSIVO

O Passivo corresponde ao saldo das obrigações devidas pela entidade.

NE 9 – PASSIVO EXIGÍVEL

O Passivo Exigível de R\$ 240,3 milhões concentra-se no Circulante e está constituído pelas seguintes obrigações:

COMPOSIÇÃO DO PASSIVO EXIGÍVEL (Em R\$ milhões)



	2024	2023
Demais Obrig. a CP	46,4	5,6
Provisões a CP	0,4	0,4
Fornec. e Contas a CP	6,3	4,8
Obrig. a CP	187,2	162,7



As Obrigações Trabalhistas sofreram um aumento de R\$ 24,5 milhões e representam cerca de 78% de todo o Passivo Exigível. Essas obrigações englobam: passivos de pessoal reconhecidos; salários; remunerações; benefícios; férias a pagar; contribuições sociais; e outros encargos sociais.

O aumento de R\$ 1,5 milhão de obrigações com Fornecedores em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, pelo aprimoramento dos procedimentos de reconhecimento e de registro das obrigações em atendimento ao Regime de Competência, em atenção às recomendações constantes nos Relatórios de Auditorias Internas nas Contas Anuais de 2020 (Proad 17776/2020), de 2021 (Proad 19956/2021), de 2022 (Proad 21911/2022), de 2023 (Proad 26751/2023) e às orientações do Manual SIAFI, na Macrofunção 020318 – Encerramento do Exercício, especialmente, o item 4.2.3 que trata da inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados Em Liquidação. Este aprimoramento iniciado em 2021 vem contribuindo para mitigar as distorções nas contas dos passivos exigíveis.

As Provisões a Curto Prazo mantiveram os saldos constantes em relação ao exercício anterior.

As demais Obrigações a Curto Prazo aumentaram R\$ 40,8 milhões, e contemplam os valores restituíveis que estão consignados, tais como: retenções previdenciárias (R\$ 1 milhão); Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF devido ao Tesouro Nacional (R\$ 23,4 milhões); Impostos e Contribuições Diversos devidos ao Tesouro (R\$ 2,3 milhões); depósitos retidos de fornecedores e glosa de encargos trabalhistas (R\$ 19,6 milhões); e cauções (R\$ 80,4 mil).

NE 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor residual dos Ativos após deduzidos todos os Passivos corresponde ao Patrimônio Líquido, que acumulou R\$ 656 milhões. A redução de cerca de R\$ 94,9 milhões em relação ao exercício anterior se deu, principalmente, em função

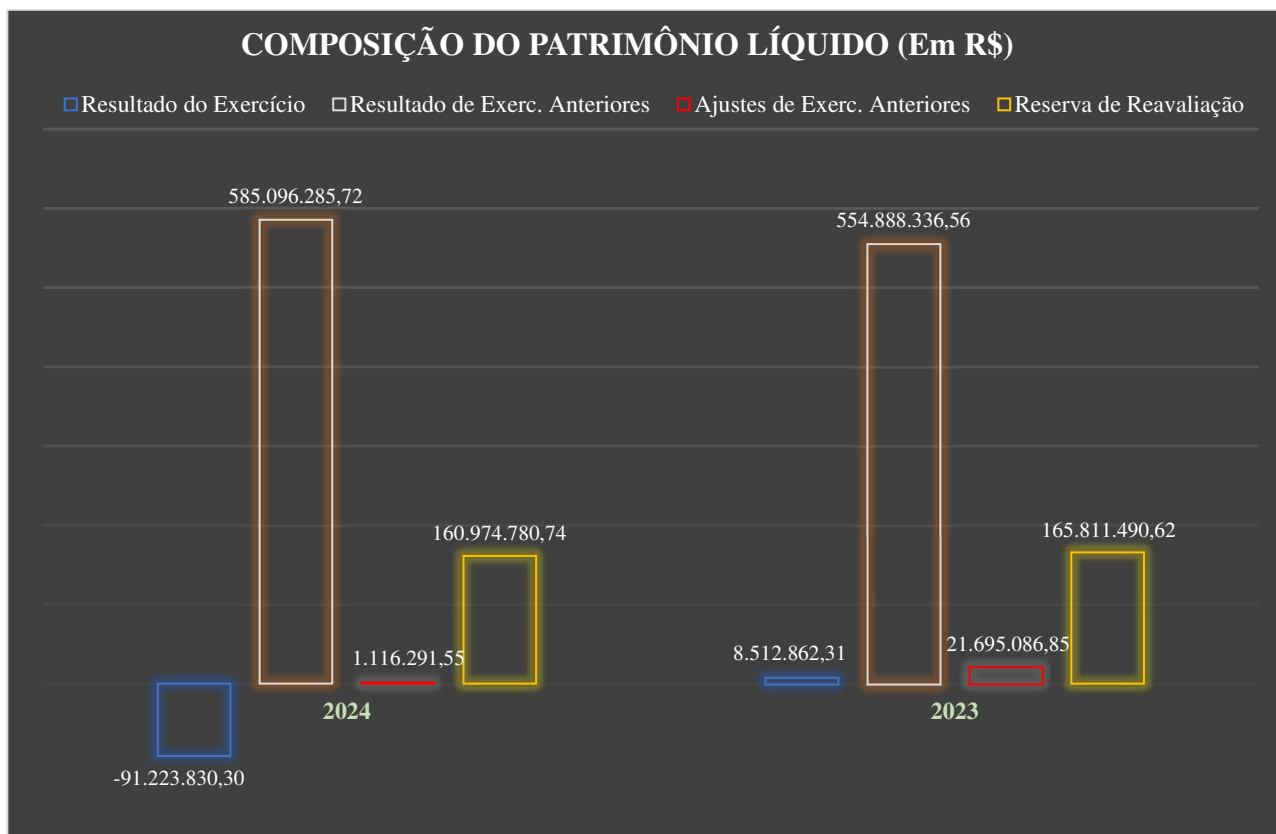


do Resultado Patrimonial do Exercício, que foi deficitário (-R\$ 91,2 milhões), apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP, dos Ajustes positivos de Exercícios Anteriores (R\$ 1,1 milhão) e pelo abatimento da Reserva de Reavaliação (-R\$ 4,8 milhões).

Os Ajustes de Exercícios Anteriores dizem respeito aos registros e baixas de: passivos trabalhistas e depreciação acumulada de bens móveis e imóveis. Os detalhamentos dos valores são abordados na NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, que integra as Notas Explicativas da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

A Reserva de Reavaliação é composta pelos saldos das contas 2.3.6.1.1.01.00 Reavaliação de Bens Imóveis (R\$ 160.971.914,38) e 2.3.6.1.1.03.00 Reavaliação de Bens Moveis (R\$ 2.866,36).

A seguir, o gráfico comparativo com o ano anterior.



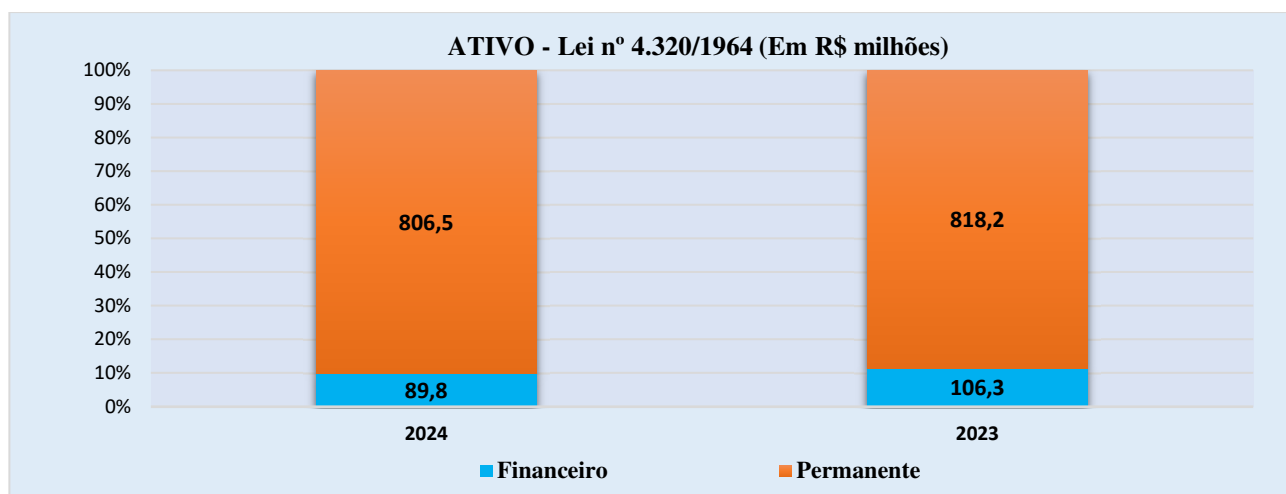


ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

A Lei nº 4.320/1964, separa o Ativo e o Passivo em Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

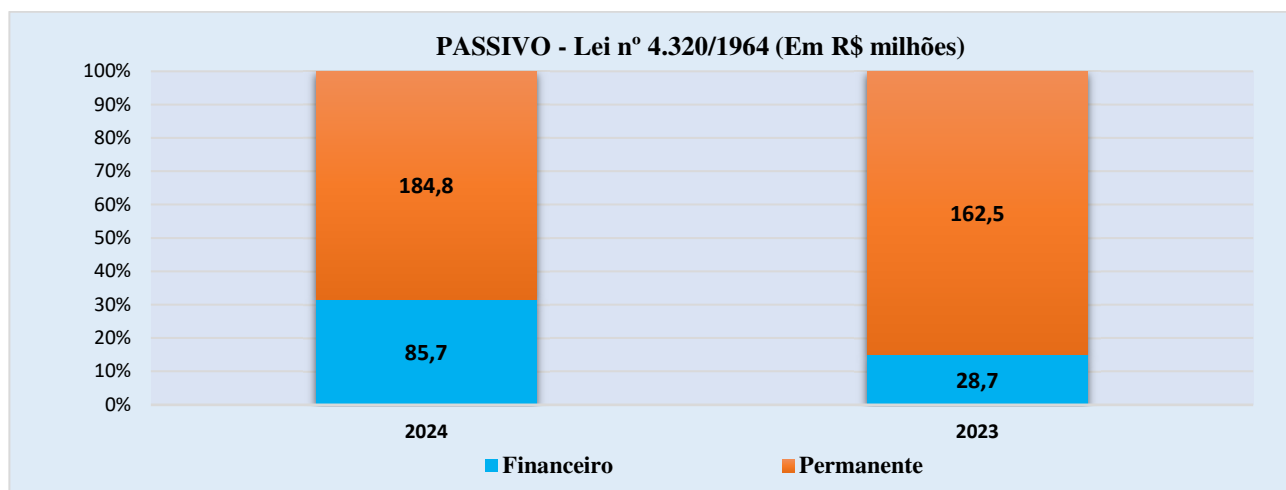
NE 11 – ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

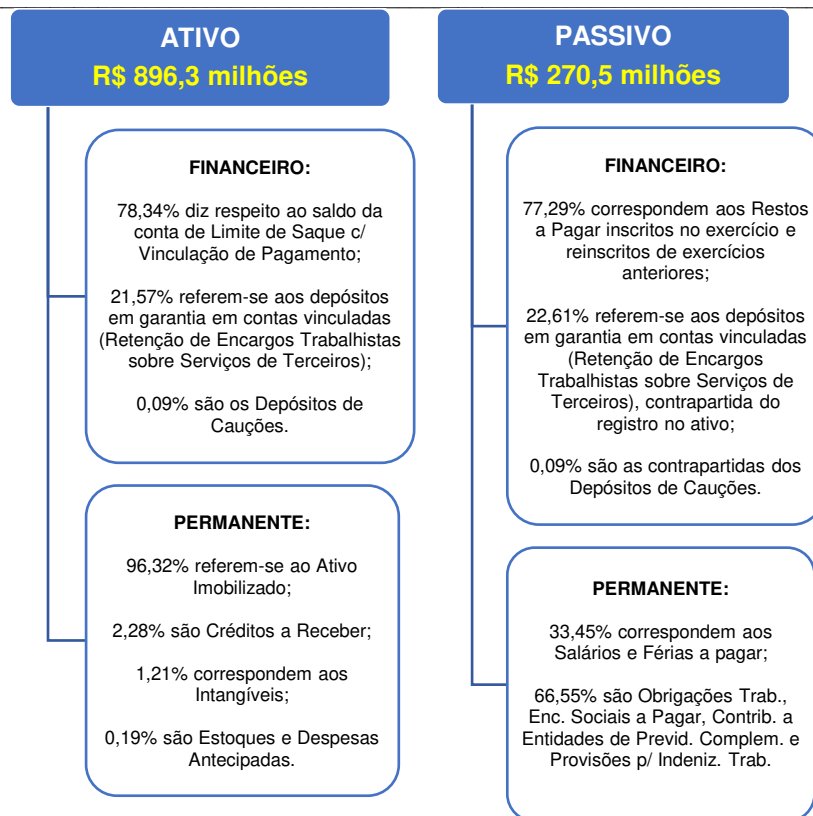
O Ativo somou R\$ 896.283.669,43, composto da seguinte maneira:



NE 12 – PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE

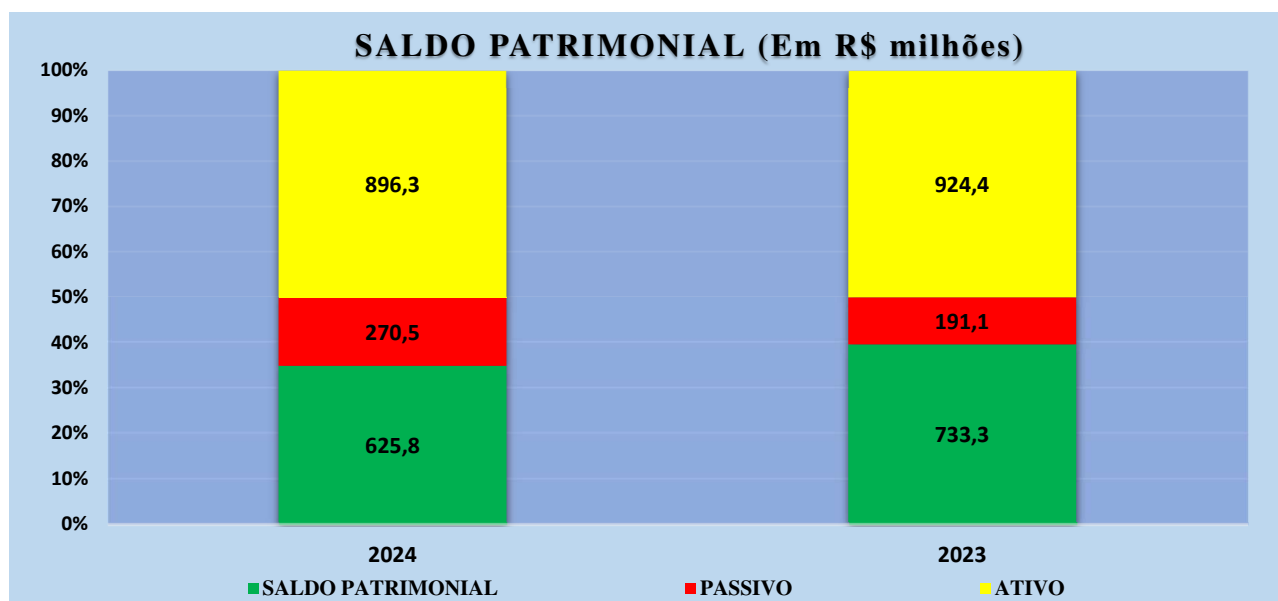
O Passivo somou R\$ 270.474.384,74, assim constituído:





NE 13 – SALDO PATRIMONIAL

Os Ativos reduziram R\$ 28,1 milhões, enquanto os Passivos aumentaram R\$ 79,4 milhões, resultando em uma redução do Saldo Patrimonial de 14,7% (R\$ 107,5 milhões) em relação ao exercício anterior.





O Saldo Patrimonial verificado foi de R\$ 625.809.284,69, a diferença para o total do Patrimônio Líquido é de R\$ 30.154.243,02 a menor, em virtude de o Passivo Financeiro computar os seguintes saldos: R\$ 26.922.699,12 relativos aos créditos a liquidar inscritos em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício e R\$ 3.231.543,90 originários do saldo remanescente dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar reinscritos em 2024. O inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/1964 dispõe que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas. Desta forma, esses montantes computados no Passivo Financeiro impactam o Saldo Patrimonial.

ATOS POTENCIAIS A EXECUTAR

Correspondem aos atos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade governamental.

ATIVOS R\$ 7.803.027,35	PASSIVOS R\$ 162.020.207,90
<ul style="list-style-type: none">• R\$ 5.968.431,01: Garantias e Contragarantias Recebidas (Fianças, Seguros-Garantia, e Cauções); e• R\$ 1.834.596,34: Direitos Contratuais de Aluguéis (Cessão Onerosas)	<ul style="list-style-type: none">• R\$ 162.020.207,90: Obrigações Contratuais (Serviços, Aluguéis, e Fornecimento de Bens).

NE 14 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

O saldo dos Atos Potenciais Ativos foi de R\$ 7.803.027,35, discriminado conforme a tabela a seguir.

Exercício	2024	2023	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Fianças a executar	279.092,29	214.138,03	3,58%	30,33%	64.954,26
Seguros-garantia a executar	5.608.933,94	5.977.729,45	71,88%	-6,17%	-368.795,51
Caução a executar	80.404,78	81.907,09	1,03%	-1,83%	-1.502,31
Contratos de aluguéis em execução	1.834.596,34	2.575.060,53	23,51%	-28,76%	-740.464,19
Total	7.803.027,35	8.848.835,10	100,00%	-11,82%	-1.045.807,75

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



As fianças, os seguros-garantia e as cauções a executar correspondem a 76,5% dos Atos Potenciais Ativos. Os saldos de cauções a executar, depósitos restituíveis em contas bancárias na Caixa Econômica Federal, foram conciliados com o extrato bancário de dezembro de 2024.

Os contratos de aluguéis em execução, dizem respeito aos termos de cessões onerosas de espaços físicos: Processo PROAD 10576/2022 – Caixa Econômica Federal, Processo CP 0499/2017 e PROAD 12267/2024 – Banco do Brasil, Processos CP 359/2013 e PROAD 18958/2022 – Associações de Advogados Trabalhistas de Ribeirão Preto e Processo 0090000-60.2008-5.15.0895 PA – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/SP) em cumprimento à Resolução nº 87/2011 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

NE 15 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Do total dos atos potenciais passivos a executar, R\$ 162.020.207,90, 55,11% referem-se a contratos de serviços, 43,53% dizem respeito aos contratos de aluguéis para manutenção das Varas Trabalhistas no interior do Estado e 1,36% correspondem aos contratos de fornecimento de bens, conforme detalhado na tabela a seguir.

Exercício	2024	2023	Composição	Variação	
	Saldo R\$	Saldo R\$		%	R\$
Serviços	89.296.292,84	78.958.559,64	55,11%	13,09%	10.337.733,20
Aluguéis	70.528.300,00	49.889.438,43	43,53%	41,37%	20.638.861,57
Fornecimento de Bens	2.195.615,06	565.923,13	1,36%	287,97%	1.629.691,93
Total	162.020.207,90	129.413.921,20	100,00%	25,20%	32.606.286,70

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 16 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O superávit financeiro do exercício foi de R\$ 4.132.071,80. Sendo composto por Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas.



O Superávit Financeiro em 2024 em relação ao exercício anterior variou negativamente em -95%:

EXERCÍCIO	2024	2023	VARIÇÃO	
CONTA	SALDO R\$	SALDO R\$	%	R\$
ATIVO FINANCEIRO	89.826.046,15	106.259.225,65	-15%	-16.433.179,50
PASSIVO FINANCEIRO	85.693.974,35	28.675.457,96	199%	57.018.516,39
SUPERÁVIT FINANCEIRO	4.132.071,80	77.583.767,69	-95%	-73.451.695,89

Fonte: Tesouro Gerencial

NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o Resultado Patrimonial do Exercício, mediante o confronto entre as Variações Quantitativas Aumentativas e Diminutivas.

NE 17 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As Variações Patrimoniais Aumentativas somaram R\$ 2,337 bilhões. As Transferências e Delegações Recebidas correspondem a 95,69%, sendo composta,



majoritariamente, pelos Repasses e Sub-Repasses para o atendimento dos Programas de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e de Operações Especiais – Outros Encargos Especiais.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2024	2023	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Impostos, Taxas e Contr. de Melhoria	63.396.767,41	64.175.189,38	2,71%	-1,21%	-778.421,97
Explor. e Venda de Bens, Serv. e Dir.	33.282.825,09	31.479.637,63	1,42%	5,73%	1.803.187,46
VPA's Financeiras	62.121,18	61.322,63	0,00%	1,30%	798,55
Transferências e Delegações Recebidas	2.236.741.998,07	1.996.657.226,69	95,69%	12,02%	240.084.771,38
Valoriz/Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	125,69	12,36	0,00%	916,91%	113,33
Outras VPA's	3.896.323,97	3.431.347,17	0,17%	13,55%	464.976,80
Total	2.337.380.161,41	2.095.804.735,86	100,00%	11,53%	241.575.425,55

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

NE 18 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As Variações Patrimoniais Diminutivas foram de R\$ 2,429 bilhões. Desse total, 59,56% correspondem a despesas com Pessoal (Ativo, Inativo e Pensionistas) e Encargos, 26,27% são relativas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais. O Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo somaram 7,35% do total.

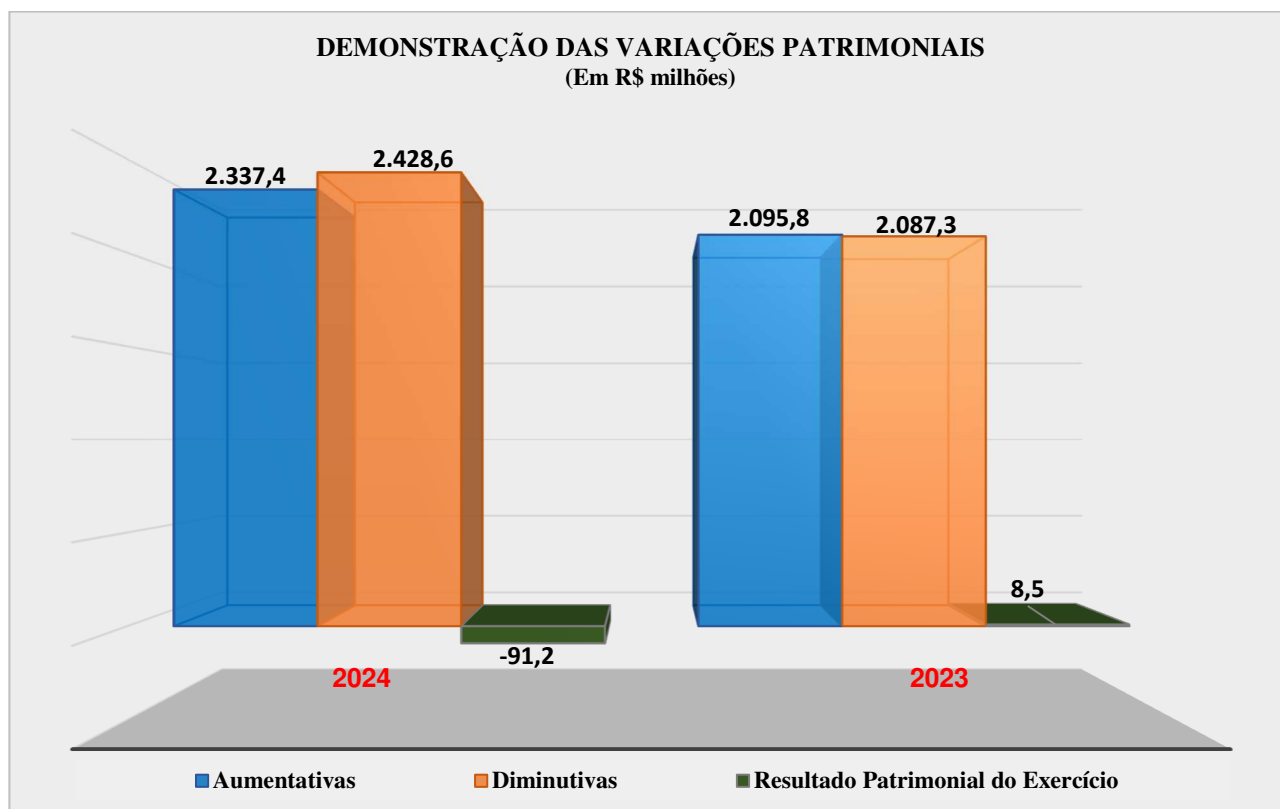
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2024	2023	Composição	Variação	
			%	%	R\$
Pessoal e Encargos	1.446.547.188,16	1.233.156.783,91	59,56%	17,30%	213.390.404,25
Benefícios Previd. e Assistenciais	637.976.491,41	568.990.884,91	26,27%	12,12%	68.985.606,50
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	178.592.237,80	170.761.889,93	7,35%	4,59%	7.830.347,87
VPD's Financeiras	22.581.659,68	2.261.172,69	0,93%	898,67%	20.320.486,99
Transf. e Delegações Concedidas	116.024.427,01	82.383.556,49	4,78%	40,83%	33.640.870,52
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	17.489.926,64	21.697.307,39	0,72%	-19,39%	-4.207.380,75
Tributárias	6.075.682,60	5.344.707,41	0,25%	13,68%	730.975,19
Outras VPD's	3.316.378,41	2.695.570,82	0,14%	23,03%	620.807,59
Total	2.428.603.991,71	2.087.291.873,55	100,00%	16,35%	341.312.118,16

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 19 – RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO

O Resultado Patrimonial foi deficitário em -R\$ 91,2 milhões, com as Variações Patrimoniais Aumentativas aumentando 11,53%, enquanto as Diminutivas aumentaram 16,35%, em relação ao exercício anterior.



NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos Operacional, de Investimento e de Financiamento.

A DFC identifica:

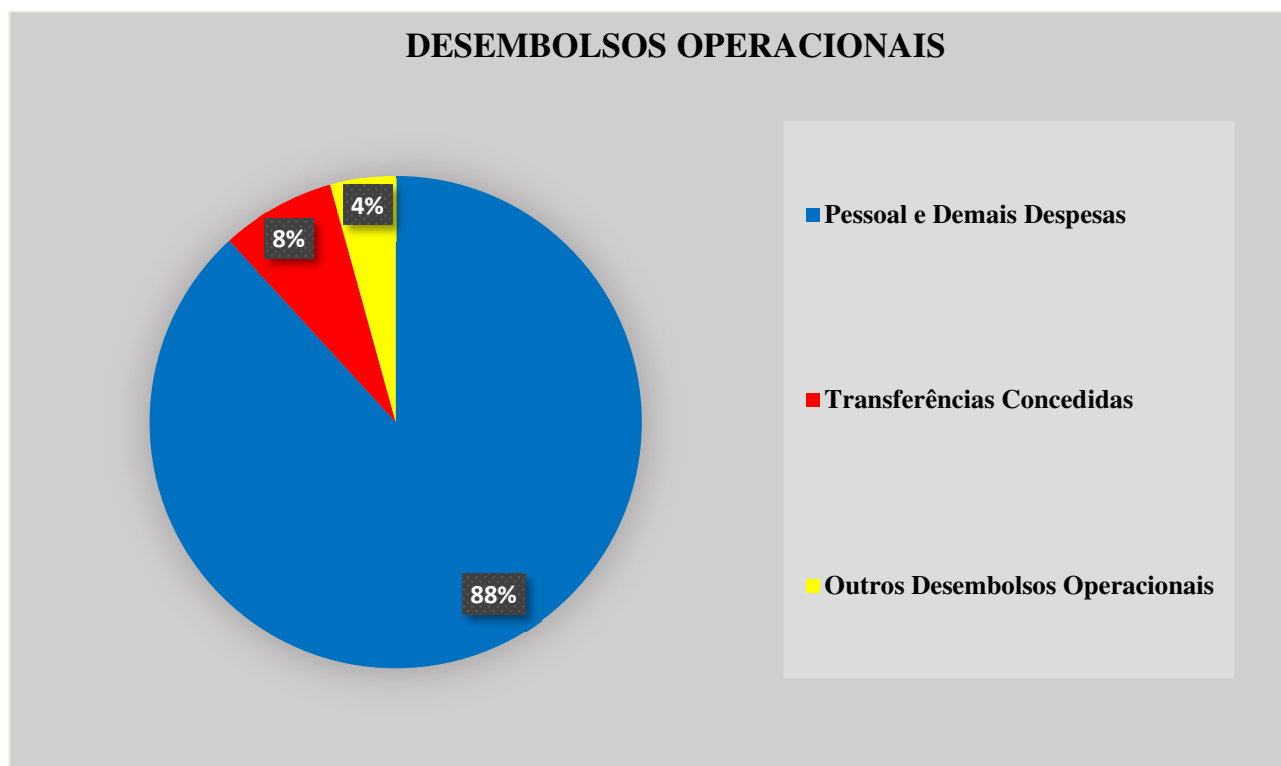
- as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
- os itens de consumo de caixa durante o período; e
- o saldo do caixa na data das Demonstrações Contábeis.



NE 20 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Os Desembolsos superaram os Ingressos em 0,15% gerando um saldo negativo de -R\$ 3.455.959,23. Os Ingressos totalizaram R\$ 2.352.438.435,05, sendo 94,75% correspondendo às Transferências Financeiras Recebidas, em sua maioria, resultantes da Execução Orçamentária, na forma de Repasse e Sub-Repasse.

Os Desembolsos Operacionais de R\$ 2.355.894.394,28 apresentaram a seguinte composição:



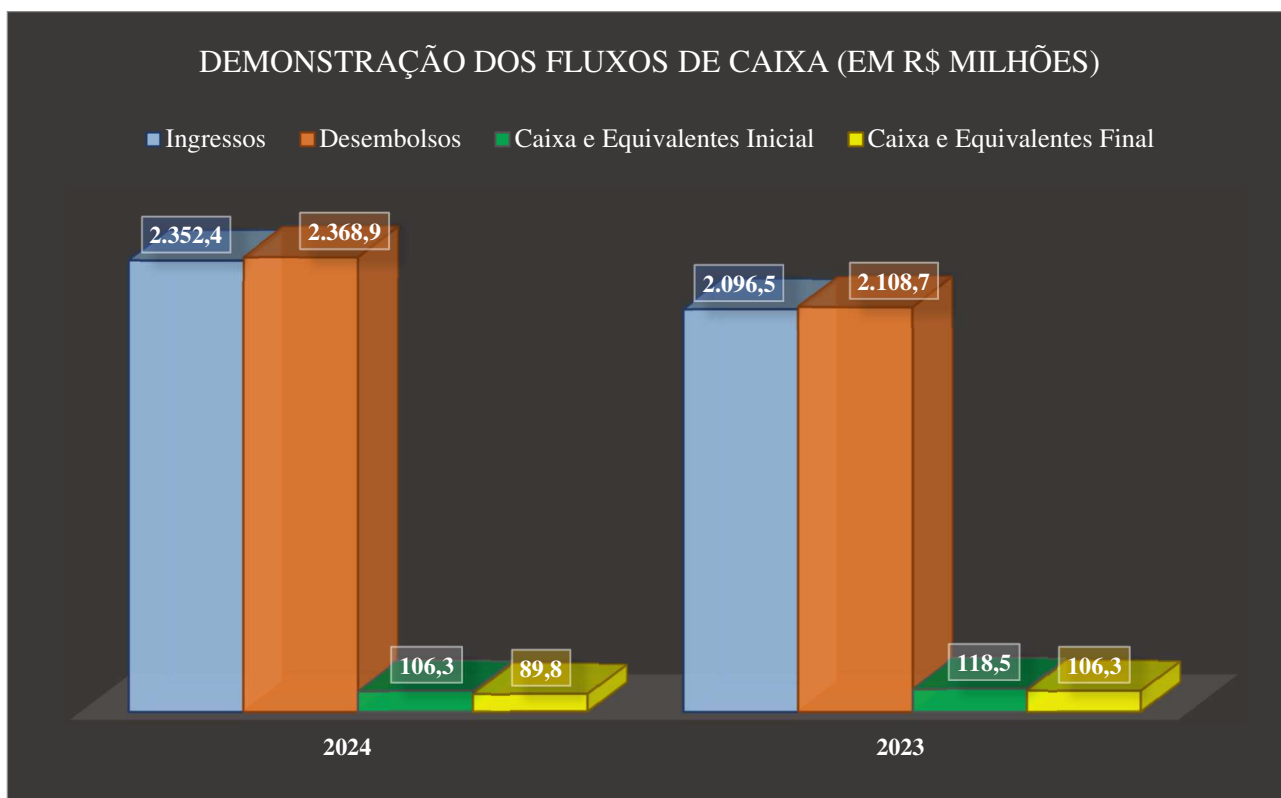
NE 21 – FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O total líquido no período é o valor dos Desembolsos, R\$ 12.977.220,27, já que o Órgão não possui Ingressos relativos às Atividades de Investimentos, quais sejam, aqueles oriundos de receitas referentes à Alienação de Bens e de Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos. No caso do TRT da 15ª Região, referem-se a Investimentos em Bens Móveis e Imóveis.



NE 22 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL

Em 2024, os desembolsos operacionais e de investimento superaram os ingressos operacionais em R\$ 16,4 milhões, reduzindo o Caixa e Equivalentes em -15,47%, no período.



Conciliando-se os Fluxos de Caixa Operacional e de Investimento com os Ingressos e Dispêndios do Balanço Financeiro evidencia-se o saldo final de Caixa e Equivalentes.

Em R\$

a) INGRESSOS	2.415.098.592,49
Transferências Financeiras Recebidas	2.229.039.498,07
Recebimentos Extraorçamentários	186.059.094,42
b) DISPÊNDIOS	2.431.531.771,99
Despesas Orçamentárias	2.309.463.536,68
Transferências Financeiras Concedidas	91.985.551,90
Pagamentos Extraorçamentários	30.082.683,41
c) GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES = a) – b)	-16.433.179,50
d) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES INICIAL	106.259.225,65
e) SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES FINAL = c) + d)	89.826.046,15

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



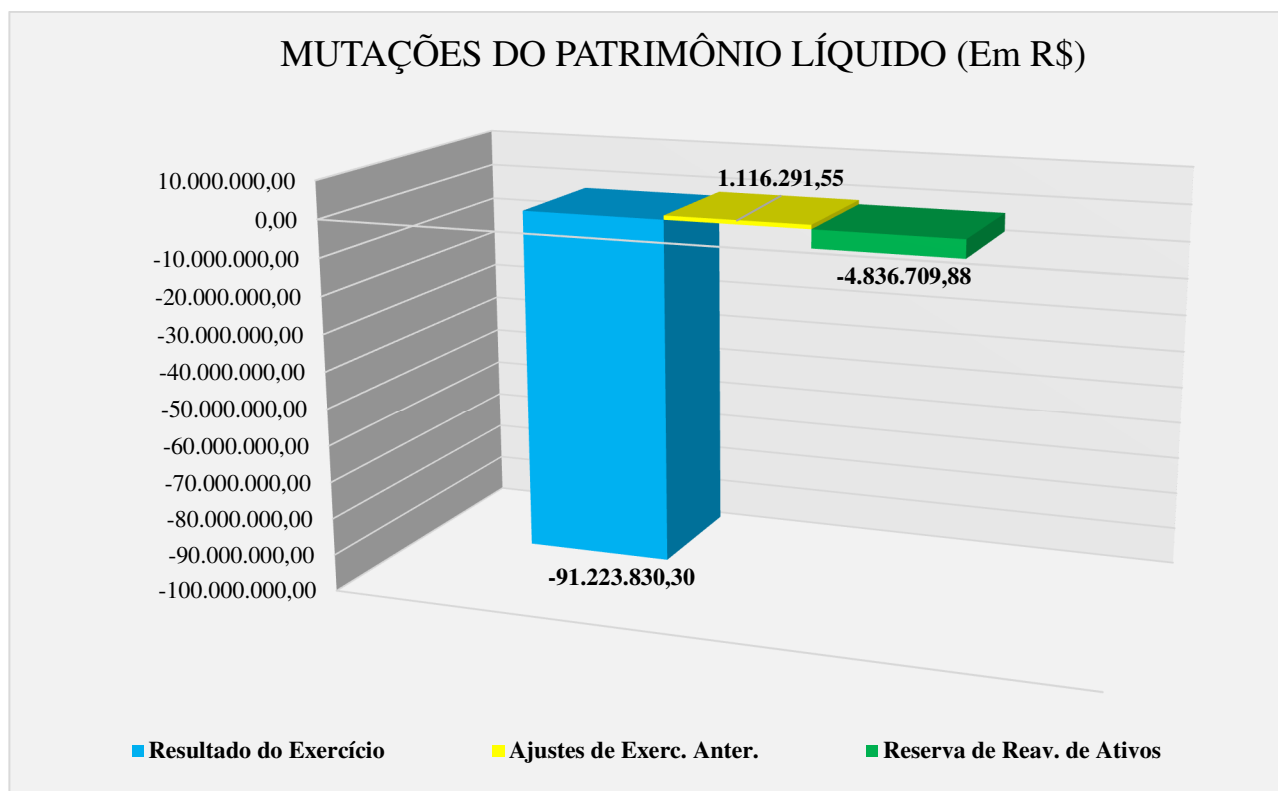
NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NE 23 – SALDO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) demonstra a evolução do Patrimônio Líquido da Entidade. Em 2024, as mutações somaram cerca de R\$ 95 milhões.



As mutações ocorridas foram as seguintes:





NE 24 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Durante o Exercício de 2024 ocorreram Ajustes de Exercícios Anteriores que afetaram o Patrimônio Líquido da entidade, encerrando o período com saldo positivo de R\$ 1.116.291,55, assim constituído:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	SALDO - R\$
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES DA DEPRECIACAO ACUMULADA. BENS IMOVEIS, CONTA CORRENTE EDIFICIOS, REFERENTE DIFERENCA VERIFICADA EM NOVEMBRO/2023, SENDO SALDO SIAFI R\$ 863.969,35 E SALDO SPIUNET R\$ 744.842,57, CONFORME ORIENTACOES DAS MENSAGENS SIAFI 2024/3446600 E 2024/3462950 E ITEM 4.4. DA MACROFUNCAO 02.10.06 DO MANUAL SIAFI.	119.126,78
CANCELAMENTO TOTAL DA 2024NS019009, REFERENTE ACERTO DE DEPRECIACAO DE IMOVEIS, AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES.	(454.707,28)
PROAD 10852/2022 - RESTITUICAO DESCONTO EM GREVE - ADSOUTROS (5 SERVIDORES) -BAIXA TOTAL (PARTE REFERENTE 2023) DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 1010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 15/08/2024.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024.AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	1.139,29
PROAD 20387/2024 - VPI - ADSOUTROS (DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES) - ACERTO PARCIAL NS 21759 -REGISTRO PASSIVO CF INF. CPAG/SPIP 1325/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 29/10/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART.12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. CF COMUNICA SIAFI 2024/3908395.JUROS MORA/CM EM CONSULTA AREA TECNICA NAO TEM INF.EA E EXERCICIO.	(294.982,15)
PROAD 20387/2024 - VPI - ADSOUTROS (DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES) - AJUSTE REGISTRO DO PASSIVO CONF. INF. CPAG/SPIP 1325/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 29/10/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART.12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. CF COMUNICA SIAFI 2024/3908395.JUROS MORA/CM EM CONSULTA AREA TECNICA NAO TEM INF.EA E DE EXERCICIO	7.892,90
PROAD 20387/2024 - VPI - ADSOUTROS (DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES) - REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPIP 1247/2024 E TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 10/10/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART.12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. CF COMUNICA SIAFI 2024/3908395.JUROS MORA/CM EM CONSULTA AREA TECNICA NAO TEM INF.EA E DE EXERCICIO.	(9.522.613,04)
PROAD 20387/2024 - VPI - ADSOUTROS (DIVERSAS SERVIDORAS E DIVERSOS SERVIDORES) -ACERTO PARCIAL NS 21759 REGISTRO DO PASSIVO INFORMACAO CPAG/SPIP 1325/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/10/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART.12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. CF COMUNICA SIAFI 2024/3908395.JUROS MORA/CM EM CONSULTA AREA TECNICA NAO TEM INF.EA E DE EXERCICIO.	(7.336.343,62)
PROAD 21558/2021 - GRATIFICACAO POR EXERCICIO CUMULATIVO DE JURISDICAO - ADMGRECU - DRA. NATALIA SCASSIOTTA NEVES - BAIXA TOTAL DO REGISTRO DE PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 418/2024 - DOC 71 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS, DOC. 76 (A FIM DE EVITAR PAGAMENTO EM DUPLICIDADE) . AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	7.815,90
PROAD 29492/2022 - ACERTO DE REGISTRO DO PASSIVO DEVIDO A LANÇAMENTO EM DUPLICIDADE. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	98,22
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO (ADICIONAIS DE FERIAS, NOTURNO E SERVICO EXTRAORDINARIO) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 1585/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 31/12/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	7.101,31
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO (FERIAS INDENIZADAS, GRATIFICACAO NATAL E SUBSTITUICAO) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPS 17/2025 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 07/01/2025. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2022 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	33.538,99
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	3.871.996,97
PROAD 29492/2022 - BAIXA PARCIAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES. PSSS PATRONAL.	458.661,83
PROAD 29492/2022 - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	198.903,50
PROAD 29492/2022 - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES. PSSS PATRONAL.	6.857,99



PROAD 29492/2022 - COMPLEMENTA/ACERTO DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	(8.945,80)
PROAD 29492/2022 - COMPLEMENTA/ACERTO REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES. PSSS PATRONAL.	(62.063,40)
PROAD 29492/2022 - DIVERSOS EA - PASSIVOS (DIVERSAS BENEFICIADAS E DIVERSOS BENEFICIADOS) -ESTORNO PARCIAL DA 2023NS021049 REFERENTE ADSLICPIN POR INCORRECAO DE VALORES (ACERTO/ATUALIZACAO DE VALORES PARA DEZEMBRO/2023 CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 - DOC 207 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS, DOC. 213 EM 05/01/2024 EFETUADA NA 2023NS021049 EM DEZ/2023). AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	502.318,95
PROAD 29492/2022 - COMPLEMENTA 2024NS000353 REFERENTE ADMGRECJU- CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 010/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 05/01/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. REFERENTE 2023 - AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	(0,04)
PROAD 30087/2023 - DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES -ADSDIFPRP (ROSANGELA BARBOSA) -BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPIP 1061/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 19/08/2024.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021.AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	449,40
PROAD 32925/2022 - CUSTEIO MÉDICO - ADSOUTROS (3 SERVIDORAS E 2 SERVIDORES) BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO 041/2024 - CDP/DB E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 21/08/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	6.404,44
PROAD 33320/2022 - AUXÍLIO ALIMENTACAO - ADSAALIME (3 SERVIDORAS E 2 SERVIDORES) BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO 039/2024 - CDP/DB E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 20/08/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1/2024, JAN/2024. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	6.908,66
PROAD 16404/2023-DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES - ADMDFPRP (DR. CARLOS ALBERTO DE SOUZA) -BAIXA TOTAL DE REGISTRO PASSIVO (EM 2023) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 1584/2024. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	28.482,47
PROAD 23266/2020-URV - ADMURVALR, ADCURVALR E ADSURVALR (COORDENADORIA DE PAGAMENTO) -BAIXA PARCIAL DE REGISTRO PASSIVO (EM 2023) CONFORME INFORMACAO CPAG/DPM 007/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	11.881.694,52
PROAD 2417/2023 - DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES - ADSDFPRP (JUSSARA RODRIGUES TRIGILIO) - BAIXA TOTAL DE REGISTRO DO PASSIVO CONFORME INFORMACAO CPAG/SPIP 1026/2024 E DESPACHO DA ORDENADORA DE DESPESAS EM 15/08/2024. DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	6.947,94
PROAD 25679/2020-GRATIFICACAO INSTRUTORIA - ADMOUTROS E ADSOUTROS (DIVERSOS MAGISTRADOS E DIVERSOS SERVIDORES) -BAIXA TOTAL REGISTRO PASSIVO EM 2023 CONFORME DESPACHO DOCS. 133 E 135 E CERTIDAO CPAG/SPS 1201/2024, 09/11/2024. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	203.623,03
PROAD 25679/2020-GRATIFICACAO INSTRUTORIA - ADMOUTROS E ADSOUTROS (DIVERSOS MAGISTRADOS E DIVERSOS SERVIDORES) -BAIXA TOTAL REGISTRO PASSIVO EM 2023 CONFORME DESPACHO DOCS. 133 E 135 E CERTIDAO CPAG/SPS 1201/2024, 09/11/2024.DESPESA ENQUADRADA NO ART. 12 DA RESOLUCAO 137/2014, PARA CONTROLE SEM INSCRICAO GENERICA, DE ACORDO COM A NOTA TECNICA SEOFI.CSJT NR. 1, DE 05/09/2019 E COM ALTERACAO DE 10/06/2021. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	150.816,79
PROAD 31106/2023-DIFERENCA DE PROVENTOS E PENSOES - ADSDFPRP (LEILA HARUMI TAKAHASHI ALBERTONI) -BAIXA TOTAL DE REGISTRO PASSIVO (EM 2023) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPPIP 1587/2024. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	8.902,16
PROAD 448/2022-GE CJ - ADMGRECJU -BAIXA PARCIAL DE REGISTRO PASSIVO (EM 2023) CONFORME INFORMACAO CPAG/SPM 008/2025. AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	6.888,87
REGULARIZACAO DE SALDO DE DEPRECIACAO DE IMOVEIS, CONFORME MENSAGEM SIAFI 2024/3861038 - CONCILIAO DA DEPRECIACAO SPIUNET E SIAFI E MACROFUNCAO 021006 - MANUAL DE REGULARIZACOES CONTABEIS, ITEM 4.4, REFERENTE AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES.	1.279.375,97
TOTAL	1.116.291,55

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



NE 25 – RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE ATIVOS

BENS MÓVEIS

No Exercício de 2021 foram realizadas reavaliações de Bens Móveis das Contas Contábeis 1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais e 1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos. Estas reavaliações constituíram os saldos iniciais da Reserva de Reavaliação de Ativos (R\$ 3.546,52). Em 2022 foram deduzidos R\$ 227,04, em 2023 foram deduzidos mais R\$ 226,56, e em 2024 foram deduzidos mais R\$ 226,56 fruto dos registros de depreciações acumuladas dos bens reavaliados, em conformidade com o constante na Mensagem 2021/0340881 da STN, enviada em 22/06/2021 pelo Comunica SIAFI, que informou a alteração e atualização da Macrofunção 020335 – Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, do Manual SIAFI. A atualização passou a contemplar as diretrizes e situações a serem utilizadas no SIAFI Web para a contabilização da reavaliação de Ativos em contrapartida à Reserva de Reavaliação.

Os saldos que compõem a Reserva de Reavaliação de Bens Móveis são os seguintes:

Conta Contábil	Saldo (R\$)
1.2.3.1.1.01.06 - Máquinas e Equipamentos Industriais	2.098,88
1.2.3.1.1.01.08 - Máquinas e Equipamentos Gráficos	767,48
Reserva de Reavaliação de Bens Móveis	2.866,36

Fontes: SIAFI/Tesouro Gerencial

Os procedimentos de Reavaliação de Bens Móveis constam do Proad 6028/2020. Em 2021, foram realizadas reavaliações em duas Contas Contábeis de menor complexidade para fins de identificação e análise de eventuais inconsistências para que, após corrigidas, fosse possível realizar a reavaliação completa dos Bens Móveis que necessitam ser reavaliados.



Durante a análise de conformidade das reavaliações, foram identificadas inconsistências dos valores registrados no Sistema de Controle de Material e Patrimônio.

A Gestão Patrimonial analisou as possibilidades de registros das reavaliações, dos novos valores residuais, de estimativas de vida útil e de depreciações no Sistema de Controle de Material e Patrimônio, e identificou a impossibilidade de registrar corretamente as reavaliações. As ações que estão sendo tomadas pelas áreas responsáveis constam no referido Processo Eletrônico.

BENS IMÓVEIS

Conforme o Manual de Regularizações Contábeis (Manual SIAFI) no final do mês de julho de 2023, os eventos de reavaliação de bens imóveis parametrizados no SPIUnet foram alterados, de forma que a contabilização do referido fato passou a ser feita na conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, conforme prevê o item 54 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP) 07 – Ativo Imobilizado, de 22 de setembro de 2017.

Em novembro de 2023, houve atualização/reavaliação dos Bens Imóveis, que é realizada periodicamente (normalmente a cada 2 anos) pela Gestão Patrimonial, diretamente no Sistema SPIUnet, com reflexos no SIAFI, no total de R\$ 86.376.819,16, sendo que essas reavaliações já foram contabilizadas na conta 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP.

Houve a baixa dos saldos de Instalações no total de R\$ 2.301.785,06, que foram incorporados aos respectivos bens, sendo R\$ 196.800,00 relativo à instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de Rio Claro, R\$ 1.709.085,06 relativo à modernização do sistema de ar-condicionado do Edifício Sede Judicial e R\$ 395.900,00 relativo à Instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaica na Vara de Trabalho de São João da Boa Vista.



Em atenção aos novos procedimentos de constituição de Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis, a Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN (UG-170999) realizou em dezembro a transferência de saldo da conta contábil 23711.02.01 para a 23611.02.00, decorrente de lançamentos efetuados na conta contábil 4611102.00 nos exercícios de 2021 e 2022, ponderando-se os registros efetuados na conta contábil 36111.02.00 nos referidos períodos, no total de R\$ 77.129.793,48.

Em 2024, no mês de agosto, houve ajuste no valor de R\$ 454.707,28, no saldo da conta 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP, em virtude da regularização de saldos de Depreciação de Imóveis, em atendimento à Mensagem SIAFI 2024/3861038 – Conciliação da Depreciação SPIUnet e SIAFI e ao disposto na Macrofunção 021006 – Manual de Regularizações Contábeis, item 4.4, referente a acertos do Exercício Financeiro de 2024.

A Coordenação Geral de Contabilidade - CCONT/STN (UG-170999) realizou, em 22/01/2025, a transferência do saldo total da conta contábil 23611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis – RIP para a conta contábil 23611.01.00 – Reavaliação de Bens Imóveis e, em 30/01/2025, realizou a apuração da reserva de reavaliação por classe do imóvel, conforme recomendação do item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1424/2024 – Plenário (Documento SIAFI 2024NL063810), ambos os registros com efeitos retroativos a 31/12/2024.

O último registro retroativo realizado pela CCONT/STN gerou saldo invertido no valor de R\$ 100.000,00 na conta corrente “P 123210104” da conta 23611.01.00 – Reavaliação de Bens Imóveis. Fato que ensejou o envio de Mensagem Comunica SIAFI “2025/3138877 Saldo invertido conta corrente P 123210104 na Conta Contábil 2.3.6.1.1.01.00 - NL da UG 170999 CGC” à Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil da Justiça do Trabalho - CSJT (UG-080017), uma vez que o SIAFI já estava fechado para a UG 080011 – TRT da 15ª Região, conforme cronograma de Encerramento do Exercício. O acerto do saldo invertido foi realizado pela Coordenadoria de Contabilidade do TRT da 15ª região em 31/01/2025, tendo



sido ratificado pela Setorial Contábil em 19/02/2025, mediante e-mail da Secretaria de Orçamento e Finanças do CSJT. Segue saldo da Conta de Reavaliação de Imóveis:

Conta Contábil	236110100 - REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS	
Conta Corrente	Bem Imóvel	Saldo - R\$
6165000205005	Araras	161.401,40
6209000295000	Barretos	1.219.453,80
6219000105003	Bauru (cessão recíproca com município)	105.379,06
6221000055008	Bebedouro	41.899,86
6229000145002	Birigui *	904.105,24
6249000485002	Botucatu	512.444,02
6291000195005	Campinas (Rua da Constituição - Bonfim)	-100.000,00
6291000735000	Campinas (R.Barão de Jaguara,945)	1.281.785,14
6291002845007	Campinas (R.Conceição-Edifício Sede Administrativa)	28.983.219,18
6291002885009	Campinas (R.Barão de Jaguara- Camp Tower-Edifício Sede Judicial)	59.851.554,14
6291018225003	Campinas (FT Campinas)	35.176.203,61
6305000065008	Capão Bonito	18.451,84
6323000475000	Catanduva	35.571,21
6369000115001	Cruzeiro	913.370,61
6411000055003	Fernandópolis	625.881,91
6425000155008	Franca (Av. Sete de Setembro)	322.249,19
6547000075001	Itapetininga	714.443,25
6555000075002	Itápolis	4.563,86
6583000095009	Ituverava	4.057,63
6587000095001	Jaboticabal (Av. Nicolino Filardi)	66.509,21
6597000025000	Jales	270.980,31
6607000025001	Jaú	530.908,16
6637000055000	Lençóis Paulista (1ª VT)	860.250,74
6643000265009	Lins	23.810,90
6681000265001	Marília	55.022,17
6687000025000	Matão	295.753,62
6687000075007	Matão	23.439,72
6715000135009	Mogi Guaçu	1.512.119,05
6717000025005	Mogi Mirim	413.835,36
6875000175000	Piracicaba	1.498.364,53
6915000135001	Porto Ferreira	1.043.559,99
6929000365007	Presidente Prudente	3.276.451,79
6969000115000	Ribeirão Preto (Rua Vereador Manir Calil)	1.505.721,86
6969000445000	Ribeirão Preto (Sede FT)	4.186.683,94
6979000095006	Rio Claro (Av. Projetada, 289)	2.050.163,34
7079000935002	São Carlos	366.908,75
7083000025004	São João da Boa Vista	797.529,85
7095000055004	São José do Rio Pardo	11.622,89
7097000595005	São José do Rio Preto	3.706.102,43
7099005205007	São José dos Campos	4.536.890,18
7145002235000	Sorocaba	1.872.124,89
7181000065006	Tatuí	101.595,74
7183000305003	Taubaté	761.147,73
7245000035000	Votuporanga (Rua Alagoas, 2915 - Chácara Aviação)	231.035,89
7245000405001	Votuporanga (Rua Luiza Passarim Maricato, s/n - Jd.Universitário)	197.346,39
Total		160.971.914,38

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial



PASSIVOS CONTINGENTES

Os Passivos Contingentes são obrigações possíveis resultantes de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou obrigações presentes resultantes de eventos passados, mas que não são reconhecidas porque: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

NE 26 – SALDO DOS PASSIVOS CONTINGENTES

Em 2024, o Passivo Contingente somou cerca de R\$ 217.062.525,68, conforme o quadro demonstrativo:

Em R\$

PASSIVOS CONTINGENTES	TOTAL
Incorporações/atualizações de quintos/décimos. Vantagem Pessoal Nominalm. Identificável (VPNI).	194.387.452,56
Férias Indenizadas de Magistrados - FERIMG.	12.844.814,75
Diferenças retroativas decorrentes de reemb. de desp. com remun. e enc. sociais para órgãos cedentes.	6.553.304,41
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes à PAE.	2.903.909,88
Obrigações e Encargos Trabalhistas referentes às Diferenças de Proventos e Pensões.	254.763,43
Abono de Permanência.	29.662,35
Plantão judiciário e recesso indenizado.	88.618,30
SALDO EM 31/12/2024	217.062.525,68

Fonte: SIAFI/Tesouro Gerencial

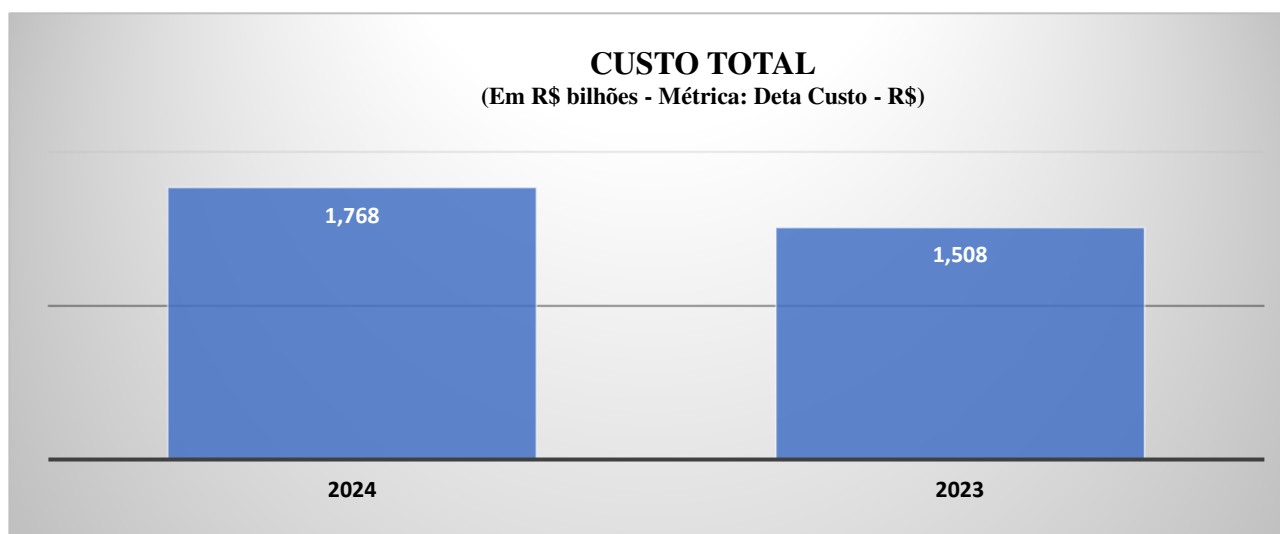
CUSTOS OPERACIONAIS

A Justiça do Trabalho, em atendimento à determinação do art. 50, §3º, da Lei Complementar nº 101/2000, iniciou, em 2007, estudos preliminares para criação de um sistema de custos que permitisse o acompanhamento da sua gestão orçamentária, financeira e patrimonial. A partir da criação do Grupo de Trabalho de Custos (Ato CSJT.GP.SG nº 398, de 29 de outubro de 2013), o processo de implantação do Sistema de Custos (SIC-JT) foi qualificado como um projeto, acompanhado pela Meta Estratégica nº 9 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).



NE 27 – AVALIAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

O Comitê Gestor do Sistema de Informação de Custos da Justiça do Trabalho, instituído pelo Ato CSJT.GP.SG nº 320/2017, deliberou sobre a utilização da ferramenta de detalhamento de custos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). Utilizando - se das consultas elaboradas pelo CSJT e disponibilizadas em “Relatórios Compartilhados > Consultas Gerenciais > Relatório de Bancada dos Órgãos Superiores > 15000 – Justiça do Trabalho > 00. CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO > SEOFI > CUSTOS > Relatório de Gestão > Relatório de Gestão 2025”, no Sistema Tesouro Gerencial, adaptadas para extração de dados da UG 080011 – TRT da 15ª Região, verifica-se que em 2024 o Custo Total foi de, aproximadamente, R\$ 1,768 bilhão, cerca de 17% maior que no ano anterior.



Fonte: Tesouro Gerencial/Relatórios Compartilhados/Consultas Gerenciais/Relatórios de Bancada dos Órgãos Superiores/15000 – Justiça do Trabalho/00. Conselho Superior da Justiça do Trabalho/SEOFI/CUSTOS/Relatório de Gestão/Relatório de gestão 2025. 14/02/2025 16:25.

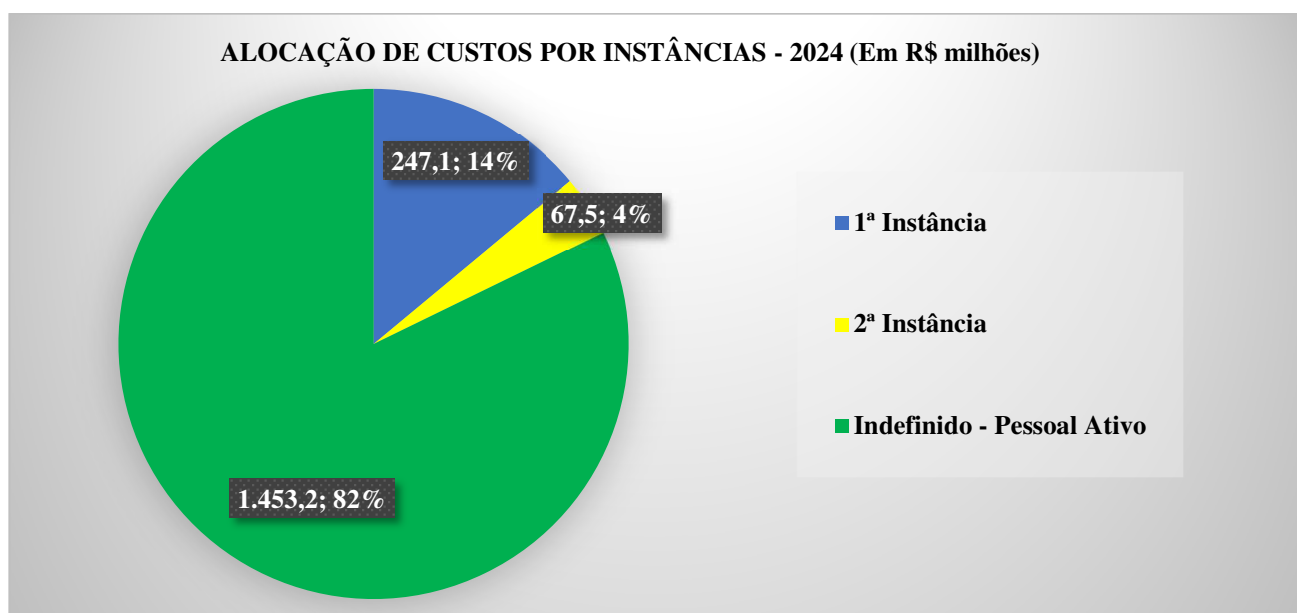
Para refinamento da informação, foram selecionadas e agrupadas, em 22 objetos de custos, as contas de Natureza de Despesa Detalhada, que combinadas à segregação por instância judicial, geraram um total de 88 Centros de Custos possíveis. O enfoque encontra legalidade na Portaria STN 157/11, no §2º do Art. 3º, que amplia a utilização do SIC-Gov às unidades de gestão interna do Poder Judiciário, classificando-as como órgãos setoriais.



Em 2019, o CGSIC-JT desenvolveu e distribuiu - a todos os Tribunais Regionais do Trabalho - uma Cartilha Técnica com instruções para a implantação da Gestão de Custos. O documento detalhou as premissas básicas da metodologia utilizada, a rotina de registro no SIAFI, os objetos de custos, a codificação dos centros de custos e os critérios de definição de competência. Dessa forma, a partir de abril/2019, todos os TRT's e o TST passaram a ter a obrigatoriedade de preencher o campo de Detalhamento de Centro de Custos, que alimenta o SIC-Gov. A Cartilha está em sua 6ª Edição, atualizada até março de 2021.

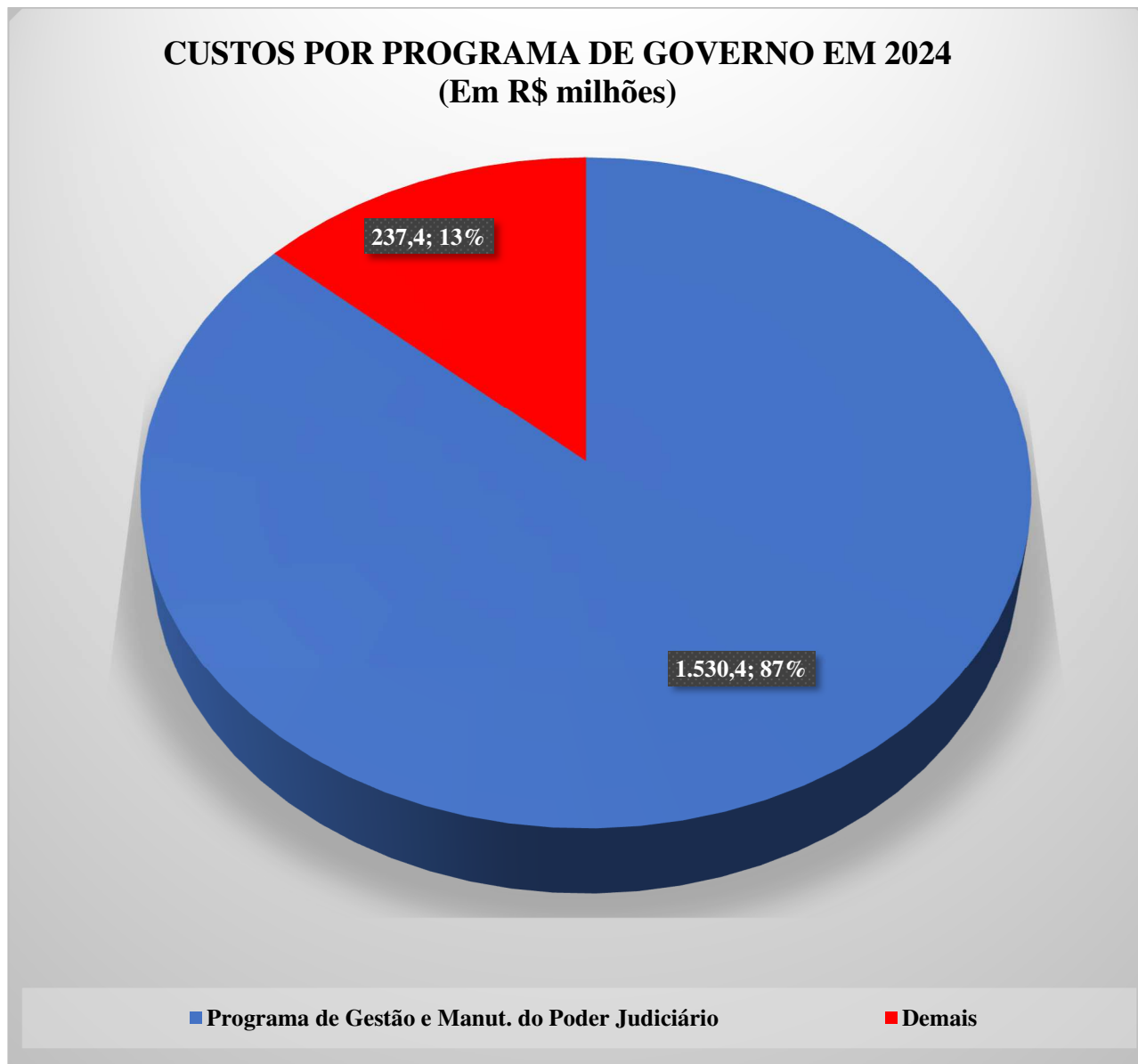
Os Centros de Custos cadastrados para a Justiça do Trabalho permitem a organização temática dos recursos consumidos, de forma a disponibilizar informações de caráter gerencial. Para isso, definiu-se, como premissas básicas que: inicialmente os custos de pessoal não serão detalhados por instâncias, apenas alocados em centros de custos genéricos; o foco das análises será dado nos custos mais relevantes e de maior impacto no custeio das unidades; e os custos serão segregados, na medida do possível, de acordo com a instância judicial a qual se destinam.

A seguir, os Custos do TRT da 15ª Região distribuídos pelas Instâncias da Justiça do Trabalho em 2024.





Cerca de 87% do Custo Total refere-se ao Programa de Governo de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário.



A informação de custos amplia a capacidade gerencial dos administradores públicos, ao subsidiar os processos decisórios e permitir a análise entre os recursos utilizados e os resultados atingidos na prestação de serviço. Nesse sentido, o gerenciamento de custos pode evidenciar as melhores práticas e identificar pontos de melhoria quanto a qualidade do gasto, considerando os conceitos legais de economicidade, eficiência, eficácia.



Finalmente, é importante evidenciar a alocação dos Custos por Centros de Custos, desconsiderando os Indefinidos (Pessoal Ativo e respectivos Encargos Sociais).

